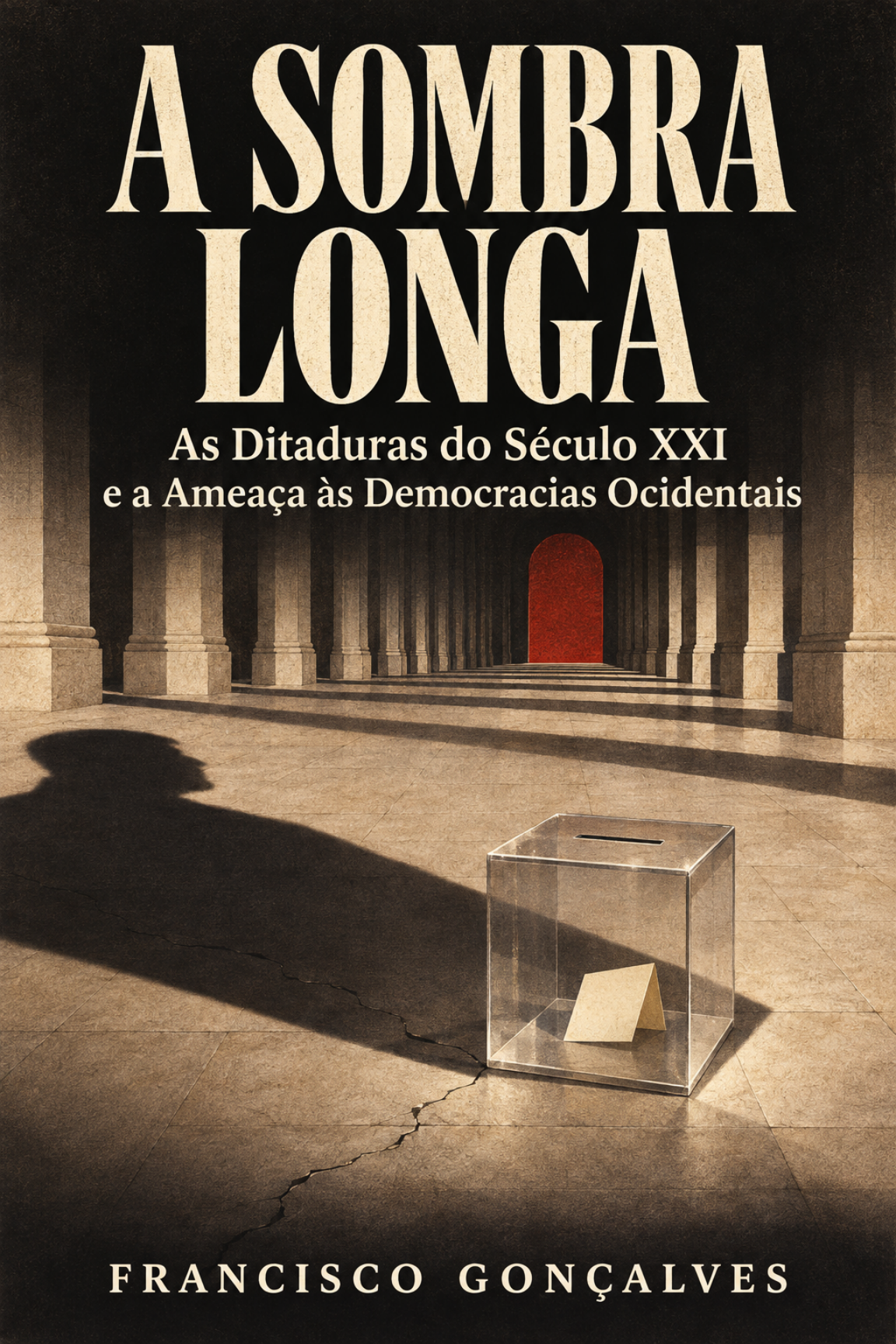
A SOMBRA LONGA

As Ditaduras do Século XXI e a Ameaça às Democracias Ocidentais



FRANCISCO GONÇALVES

A Sombra Longa

As Ditaduras do Século XXI e a Ameaça às Democracias Ocidentais

Francisco Gonçalves

19 de novembro de 2026

Índice

Prefácio 4

Parte I — A história das ditaduras 8

- Capítulo 1 — Das tiranias antigas ao absolutismo 9
- Capítulo 2 — O século dos totalitarismos 14
- Capítulo 3 — Ditaduras ibéricas e latino-americanas 19
- Capítulo 4 — Guerra Fria, descolonização e a terceira vaga 24

Parte II — As ditaduras do século XXI 28

- Capítulo 5 — O novo autoritarismo 29
- Capítulo 6 — A Rússia de Putin 35
- Capítulo 7 — A China de Xi Jinping 40
- Capítulo 8 — Irão, Coreia do Norte, Bielorrússia, Venezuela, Nicarágua e Cuba 44
- Capítulo 9 — Golpes e regimes militares: Sahel, Myanmar e Médio Oriente 50

Parte III — Como ameaçam as democracias ocidentais 56

- Capítulo 10 — A guerra da informação 57
- Capítulo 11 — Cleptocracia e corrupção exportada 63
- Capítulo 12 — Repressão transnacional, ciberataques e sabotagem 67
- Capítulo 13 — Energia, comércio e tecnologia como armas 72
- Capítulo 14 — Coerção militar: Ucrânia, Taiwan e o eixo autoritário 77
- Capítulo 15 — O inimigo interno: a erosão democrática no Ocidente 81
- Capítulo 16 — Como se defendem as democracias 86

Conclusão — A sombra longa 90

Cronologia essencial 92

Bibliografia recomendada 94

Fontes consultadas para os dados de 2025-2026 95

Prefácio

Em 2026, a maioria da humanidade vive sob regimes que não são democracias. Segundo o Instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo, o mundo terminou 2025 com 92 autocracias e apenas 87 democracias, e cerca de três quartos da população mundial vivem sob governos autocráticos. A Freedom House registou, no mesmo ano, o vigésimo ano consecutivo de declínio da liberdade global: apenas 21% das pessoas vivem hoje em países classificados como «Livres», contra 46% há duas décadas.

Estes números seriam impensáveis em 1991. Nesse ano, com o colapso da União Soviética, muitos acreditaram que a democracia liberal tinha vencido de forma definitiva. Francis Fukuyama falou do «fim da história»; a Europa de Leste abria-se; a América Latina enterrava as suas juntas militares; a África do Sul preparava o fim do apartheid. A ditadura parecia uma relíquia do século XX.

Este livro parte de uma pergunta simples: o que aconteceu? Como é que, em pouco mais de uma geração, os regimes autoritários recuperaram terreno, se modernizaram e passaram de uma postura defensiva para uma postura ofensiva face às democracias ocidentais?

Porque este livro, e porquê agora

O ano de 2026 tornou o tema impossível de ignorar. A guerra da Rússia contra a Ucrânia aproxima-se do seu quinto inverno, e as conversações de paz mediadas pelos Estados Unidos, retomadas em Abu Dhabi em novembro, continuam sem avanço decisivo. Em toda a Europa multiplicam-se drones sobre aeroportos, incêndios suspeitos em fábricas de armamento e cortes de cabos submarinos atribuídos a Moscovo. Na Ásia, a China de Xi Jinping consolida o regime de partido único mais poderoso da história e intensifica a pressão militar sobre Taiwan.

Ao mesmo tempo, o ano trouxe sinais contraditórios. Em janeiro de 2026, uma operação militar norte-americana capturou Nicolás Maduro em Caracas e levou-o a julgamento em Nova Iorque, um acontecimento que muitos venezuelanos celebraram e que muitos juristas consideraram uma violação do direito internacional. E os próprios relatórios que medem a democracia apontam a erosão democrática não só em Moscovo ou Pequim, mas também em Washington, Roma, Budapeste e Londres.

Escrever sobre ditaduras em 2026 obriga, por isso, a uma dupla honestidade. A primeira é reconhecer que as autocracias modernas representam uma ameaça real, organizada e persistente às sociedades abertas. A segunda é admitir que as democracias não são vítimas inocentes nem fortalezas inexpugnáveis: muitas das suas vulnerabilidades são internas, e algumas das suas ações alimentam a narrativa dos ditadores.

O que é uma ditadura?

A palavra vem da Roma republicana, onde o *dictator* era um magistrado nomeado em situações de emergência, com poderes absolutos mas temporários, normalmente por seis meses. A ironia histórica é que a instituição nasceu como mecanismo de defesa da república. Hoje, usamos o termo para designar qualquer regime em que o poder é exercido sem limites efetivos, sem eleições livres e justas e sem possibilidade real de os governados substituírem os governantes.

A ciência política distingue vários tipos de regimes não democráticos. Os mais úteis para este livro são os seguintes:

- **Autocracia fechada**: não existem eleições multipartidárias para o executivo, ou são puramente decorativas. Exemplos atuais: China, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Afeganistão.
- **Autocracia eleitoral** (ou autoritarismo competitivo): há eleições regulares e partidos de oposição, mas o terreno de jogo é tão desigual que a alternância é quase impossível. Exemplos: Rússia, Turquia, Venezuela até 2026.

- **Regime totalitário**: forma extrema em que o Estado pretende controlar não só a política mas toda a vida social, económica e até íntima, através de uma ideologia oficial e de mobilização permanente. A Alemanha nazi, a URSS de Estaline e a Coreia do Norte são os casos clássicos.
- **Junta ou regime militar**: o poder é exercido pelas forças armadas enquanto instituição. Hoje, o Mali, o Burkina Faso, o Níger e Myanmar.
- **Regime personalista**: o poder concentra-se num indivíduo e no seu círculo, acima de partidos ou instituições. Muitos regimes atuais combinam este traço com os anteriores.

O que entendemos por «ameaça às democracias ocidentais»

O título deste livro fala de uma ameaça implacável. A expressão é forte e merece ser justificada, não apenas afirmada. Ao longo da Parte III, a ameaça será decomposta em mecanismos concretos e verificáveis: a desinformação e a interferência em eleições; a exportação de corrupção e o uso de dinheiro para comprar influência; a perseguição de dissidentes no exílio; a sabotagem física e os ciberataques; a utilização da energia, do comércio e da tecnologia como armas; e, por fim, a guerra aberta e a ameaça de guerra.

Nem todas as ditaduras ameaçam o Ocidente da mesma forma. A Arábia Saudita e o Egito são autocracias e, ao mesmo tempo, parceiros de segurança de vários governos ocidentais. A Coreia do Norte é uma ameaça militar mas tem pouca capacidade de influência política nas nossas sociedades. A Rússia e a China, pelo contrário, combinam capacidade militar, económica e informacional com uma vontade explícita de rever a ordem internacional. O livro dá-lhes, por isso, mais espaço.

Estrutura do livro

A **Parte I** percorre a história das ditaduras: das tiranias gregas ao absolutismo, dos totalitarismos do século XX às ditaduras ibéricas e latino-americanas, até à vaga de democratizações que terminou com a Guerra Fria. Não se trata de erudição gratuita: muitos dos métodos de hoje são versões atualizadas de técnicas antigas, e muitos dos argumentos dos autocratas atuais ecoam os de Mussolini, Estaline ou Salazar.

A **Parte II** descreve os principais regimes autoritários do século XXI: a Rússia, a China, o Irão, a Coreia do Norte, a Bielorrússia, a Venezuela, Nicarágua e Cuba, as juntas do Sahel, Myanmar e as monarquias do Golfo. Começa com um capítulo de conceitos que explica como as ditaduras mudaram de natureza.

A **Parte III** analisa as formas como estes regimes pressionam as democracias, e termina com dois capítulos de equilíbrio: um sobre as fragilidades internas do próprio Ocidente e outro sobre o que as democracias podem fazer para se defender.

Os dados citados referem-se ao estado do mundo em novembro de 2026. A realidade muda depressa, e alguns factos aqui descritos terão evoluído quando o leitor os ler. As fontes principais estão listadas no final.

Parte I

A história das ditaduras

Capítulo 1

Das tiranias antigas ao absolutismo

O poder sem limites é tão antigo como a própria política. O que mudou ao longo dos séculos não foi a tentação de governar sem prestar contas, mas as justificações usadas para o fazer e os instrumentos disponíveis para impor esse poder. Este capítulo percorre rapidamente vinte e cinco séculos para identificar padrões que reaparecem, com roupagem moderna, nas ditaduras de hoje.

Os tiranos gregos

Na Grécia dos séculos VII e VI a.C., a palavra *tyrannos* não tinha ainda o sentido pejorativo que lhe damos. Designava alguém que chegava ao poder por meios não tradicionais, muitas vezes apoiado pelo descontentamento popular contra as aristocracias. Pisístrato, em Atenas, ou Polícrates, em Samos, construíram templos, aquedutos e portos, e alguns foram populares.

Foram os filósofos que transformaram a tirania numa categoria moral. Platão, na *República*, descreveu o tirano como o homem dominado pelos seus apetites, que começa como protetor do povo e acaba como seu carrasco. Aristóteles, na *Política*, deixou uma lista de técnicas tirânicas que parece escrita para o século XXI: eliminar os homens de valor, proibir as associações, manter os súbditos ocupados e pobres, espalhar espiões e semear a desconfiança entre os cidadãos.

A lição grega mais duradoura é esta: a tirania nasce frequentemente da democracia degenerada. O demagogo promete defender o povo contra as elites, concentra poder em nome dessa

defesa e, uma vez no topo, desmantela os mecanismos que o poderiam remover.

Roma: da ditadura constitucional ao império

A República romana institucionalizou a ditadura como remédio de emergência. Em caso de guerra ou crise grave, o Senado podia nomear um *dictator* com poderes plenos durante um máximo de seis meses. Cincinato tornou-se o modelo do bom ditador: recebeu o poder, venceu os inimigos e regressou ao seu arado em poucas semanas.

O problema surgiu quando o temporário se tornou permanente. Sila fez-se nomear ditador sem limite de tempo em 82 a.C. e usou o cargo para proscrever milhares de opositores. Júlio César foi declarado *dictator perpetuo* em 44 a.C., poucas semanas antes de ser assassinado. O seu herdeiro, Augusto, aprendeu a lição: manteve o Senado, os cônsules e as formas republicanas, mas esvaziou-os de conteúdo.

Augusto é, de certa forma, o antepassado dos autocratas eleitorais modernos. O seu génio foi perceber que o poder absoluto é mais estável quando se disfarça de continuidade institucional. Os romanos continuaram a votar e o Senado continuou a reunir-se, mas as decisões eram tomadas no palácio. Vladimir Putin, que em 2020 alterou a Constituição para poder governar até 2036, segue um guião que Augusto reconheceria.

A Idade Média e o poder limitado

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a monarquia medieval europeia raramente foi absoluta. O rei partilhava o poder com a nobreza, a Igreja, as cidades e as cortes ou parlamentos. A Magna Carta inglesa de 1215 é o exemplo mais famoso de um monarca obrigado a aceitar limites escritos.

Portugal tem a sua própria tradição neste domínio. As Cortes de Lamego, de Leiria (1254) e de Coimbra (1385), esta última responsável pela aclamação de D. João I, mostram uma monarquia que precisava do consentimento dos três estados para legislar

sobre impostos e sucessão. Este pluralismo de poderes, imperfeito e desigual, é uma das raízes longínquas do constitucionalismo europeu.

O absolutismo

Entre os séculos XVI e XVIII, os monarcas europeus concentraram o poder como nunca antes. Luís XIV de França, a quem se atribui a frase «O Estado sou eu», deixou de convocar os Estados Gerais e governou através de uma burocracia centralizada. Em Portugal, D. João V e depois o Marquês de Pombal, em nome de D. José I, encarnaram o despotismo esclarecido: modernização económica e administrativa combinada com repressão brutal, como no processo dos Távoras em 1759.

Os teóricos do absolutismo, como Jean Bodin e Thomas Hobbes, defenderam que a soberania é indivisível e que só um poder forte evita a guerra civil. O argumento de Hobbes — é melhor um soberano absoluto do que o caos — continua a ser a defesa mais comum das ditaduras atuais. Pequim repete-o quando compara a sua estabilidade com a turbulência das democracias.

As revoluções e a resposta liberal

A Revolução Gloriosa inglesa de 1688, a independência americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789 introduziram ideias que se tornaram o antídoto contra a ditadura: a separação de poderes de Montesquieu, os direitos naturais de Locke, a soberania popular e as constituições escritas. Em Portugal, a Revolução Liberal de 1820 e a Constituição de 1822 abriram um século de lutas entre liberais e absolutistas que culminou na guerra civil de 1832-1834.

Mas a Revolução Francesa também revelou o reverso. O Terror jacobino de 1793-1794 mostrou que um regime pode matar em nome da liberdade e do povo. E foi da revolução que nasceu Napoleão Bonaparte.

Napoleão e o cesarismo moderno

Napoleão inventou algo novo: a ditadura plebiscitária. Chegou ao poder por golpe em 1799 e legitimou-o através de plebiscitos com resultados esmagadores — 99% a favor do Consulado vitalício em 1802. Criou uma polícia política eficaz sob Joseph Fouché, controlou a imprensa, codificou o direito civil e apresentou-se como herdeiro da revolução e garante da ordem.

O seu sobrinho, Napoleão III, aperfeiçoou o modelo: eleito presidente em 1848, deu um golpe em 1851 e fez-se imperador com aprovação plebiscitária. Karl Marx escreveu sobre ele *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, onde observou que a história se repete, primeiro como tragédia e depois como farsa.

O bonapartismo é o elo entre a tirania antiga e a autocracia eleitoral moderna. Combina um líder carismático, apelos diretos ao povo por cima das instituições, nacionalismo, eleições sem incerteza e controlo da informação. Estes cinco elementos estão presentes na maioria das ditaduras do século XXI.

Padrões que atravessam os séculos

Desta longa pré-história, cinco padrões merecem ser retidos, porque voltarão ao longo do livro:

1. **A emergência como pretexto.** Da ditadura romana às leis de exceção modernas, a crise — real ou fabricada — é o argumento clássico para suspender limites.
2. **A forma sem o conteúdo.** Augusto manteve o Senado; Napoleão manteve os plebiscitos. Os autocratas preferem esvaziar instituições a aboli-las.
3. **O povo contra as elites.** Os tiranos gregos e os Césares apresentavam-se como defensores do povo comum contra aristocracias corruptas.
4. **A ordem contra o caos.** Hobbes deu à ditadura a sua justificação mais duradoura: sem um poder forte, a sociedade desfaz-se.
5. **A vigilância e o medo.** As técnicas descritas por Aristóteles — espiões, proibição de associações, desconfiança mútua — apenas mudaram de tecnologia.

Capítulo 2

O século dos totalitarismos

O século XX produziu as ditaduras mais mortíferas da história humana. A combinação de ideologias de massas, Estados burocráticos modernos, meios de comunicação de alcance nacional e tecnologia industrial permitiu a regimes como o nazi, o soviético e o maoísta matar dezenas de milhões de pessoas. A filósofa Hannah Arendt chamou a este fenómeno «totalitarismo»: um regime que não se contenta em monopolizar o poder político, mas pretende remodelar o ser humano.

As condições: a Grande Guerra e o colapso da ordem liberal

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) destruiu quatro impérios — o russo, o alemão, o austro-húngaro e o otomano — e deixou milhões de homens habituados à violência. A paz de Versalhes humilhou a Alemanha. A crise económica de 1929 lançou milhões no desemprego e descredibilizou os parlamentos liberais, vistos como lentos, corruptos e impotentes.

Neste ambiente, as democracias criadas após 1918 caíram umas atrás das outras. Em 1920, a maioria dos países europeus tinha regimes parlamentares; em 1938, restavam poucos, quase todos no noroeste do continente. Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia, Grécia, Roménia, Jugoslávia, os países bálticos — todos passaram por ditaduras.

O fascismo italiano

Benito Mussolini, antigo socialista, fundou os Fasci di Combattimento em 1919 e chegou ao poder em outubro de 1922 após a Marcha sobre Roma, quando o rei Vítor Emanuel III se recusou a decretar o estado de sítio e o nomeou primeiro-ministro. O fascismo não tomou o poder pela força: foi-lhe entregue por elites conservadoras que pensavam poder controlá-lo.

Esta é talvez a lição mais importante do período para as democracias atuais. Os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, em *Como Morrem as Democracias*, mostram que os partidos tradicionais funcionam como «guardiães»: quando abdicam desse papel e se aliam a extremistas para ganhar vantagem tática, abrem a porta à destruição do sistema.

Entre 1922 e 1926, Mussolini desmantelou gradualmente a democracia italiana. O assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti em 1924 foi o momento de viragem; em 1925, Mussolini assumiu a responsabilidade política e iniciou a ditadura aberta. O regime criou a polícia secreta OVRA, aboliu os partidos e sindicatos livres e cunhou o lema: «Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado».

O nazismo

Adolf Hitler também chegou ao poder por vias legais. Nas eleições de julho de 1932, o Partido Nazi obteve 37% dos votos, tornando-se o maior partido do Reichstag. Em janeiro de 1933, o presidente Hindenburg nomeou-o chanceler, convencido por conservadores como Franz von Papen de que Hitler poderia ser «enquadrado».

Em poucas semanas, o enquadramento desfez-se. O incêndio do Reichstag, em fevereiro de 1933, serviu de pretexto para suspender as liberdades civis. Em março, a Lei de Plenos Poderes permitiu a Hitler legislar sem o parlamento. Em julho, a Alemanha era um Estado de partido único. Todo o processo levou menos de seis meses.

O regime nazi combinou repressão (Gestapo, SS, campos de concentração), propaganda massiva dirigida por Joseph Goebbels, uma ideologia racista e expansionista, e mobilização permanente da sociedade. O resultado foi a Segunda Guerra Mundial, com mais de 60 milhões de mortos, e o Holocausto, no qual foram assassinados seis milhões de judeus, além de ciganos, deficientes, homossexuais e opositores políticos.

O estalinismo

Na Rússia, os bolcheviques de Lenine tomaram o poder pela força em outubro de 1917, dissolveram a Assembleia Constituinte eleita em janeiro de 1918 e criaram a Tcheka, a polícia política que daria origem ao NKVD e ao KGB. Após a morte de Lenine em 1924, Josef Estaline eliminou os seus rivais e construiu um dos regimes mais repressivos da história.

A coletivização forçada da agricultura provocou a fome de 1932-1933, que matou milhões de pessoas, sobretudo na Ucrânia, onde é conhecida como Holodomor. O Grande Terror de 1936-1938 levou à execução de cerca de 700 mil pessoas. O sistema de campos do Gulag aprisionou milhões ao longo de duas décadas.

O estalinismo legou ao mundo técnicas que ainda hoje se usam: a reescrita da história, o culto da personalidade, a confissão forçada, os julgamentos-espetáculo e a ideia de que a verdade é aquilo que o partido decide. Não é por acaso que o regime de Putin reabilitou parcialmente a figura de Estaline e perseguiu a organização Memorial, que documentava os crimes soviéticos, até a dissolver em 2021.

O maoísmo

Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China em 1949, após vencer a guerra civil contra os nacionalistas de Chiang Kai-shek, que se refugiaram em Taiwan. O Grande Salto em Frente (1958-1962), uma tentativa de industrialização acelerada, provocou a maior fome da história, com estimativas entre 15 e 45 milhões de mortos. A Revolução Cultural (1966-1976) lançou jovens Guardas Vermelhos contra professores, intelectuais e quadros do próprio partido.

O Partido Comunista Chinês, que ainda governa o país, nunca fez um ajuste de contas completo com este passado. A resolução de 1981 declarou que Mao estava «70% certo e 30% errado». Xi Jinping, cujo pai foi purgado durante a Revolução Cultural, recuperou elementos do estilo maoísta: o culto do líder, a ideologia obrigatória e a desconfiança da sociedade civil.

O que define o totalitarismo

Os cientistas políticos Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski propuseram em 1956 seis traços do regime totalitário:

Traço	Descrição	Exemplo
Ideologia oficial	Doutrina que abrange todos os aspetos da vida e promete uma sociedade perfeita	Marxismo-leninismo, nacional-socialismo
Partido único de massas	Liderado por um homem, acima do Estado	NSDAP, PCUS
Terror policial	Polícia secreta que atua contra inimigos reais e imaginários	Gestapo, NKVD
Monopólio da comunicação	Controlo total da imprensa, rádio e cinema	Ministério da Propaganda de Goebbels
Monopólio das armas	Nenhuma força armada fora do controlo do partido	Exército Vermelho com comissários políticos

Traço	Descrição	Exemplo
Economia dirigida	Planeamento central da produção	Planos quinquenais soviéticos

Hoje, apenas a Coreia do Norte cumpre plenamente estes seis critérios. Mas a China de Xi, com a sua vigilância digital, aproxima-se em vários deles de uma forma que nem Estaline poderia ter imaginado.

As lições para o presente

Três lições do século dos totalitarismos são especialmente relevantes. A primeira é que as democracias raramente morrem de um golpe súbito: morrem por etapas, muitas vezes legais, perante o olhar de elites que acham poder controlar o processo. A segunda é que a apaziguação de ditadores expansionistas — o Acordo de Munique de 1938, que entregou os Sudetas a Hitler — tende a encorajar mais agressão, não menos. A terceira é que a crise económica e a humilhação nacional são terreno fértil para promessas autoritárias.

É preciso, contudo, cautela com as analogias. Nem todo o líder autoritário é Hitler, e nem toda a negociação é Munique. O uso excessivo destas comparações pode banalizar o mal absoluto e dificultar a análise das ameaças concretas de hoje, que são em muitos aspetos diferentes.

Capítulo 3

Ditaduras ibéricas e latino-americanas

Para um leitor português, a ditadura não é um tema abstrato. Portugal viveu 48 anos sob regime autoritário, entre o golpe de 28 de maio de 1926 e a revolução de 25 de abril de 1974 — a mais longa ditadura da Europa Ocidental no século XX. A Espanha viveu quase 40 anos sob Franco. E a América Latina, ligada à Península Ibérica pela língua e pela história, conheceu uma sucessão de caudilhos e juntas militares ao longo de todo o século.

O Estado Novo de Salazar

A Primeira República portuguesa (1910-1926) foi um período de enorme instabilidade: 45 governos em 16 anos, atentados, revoltas militares e crise financeira crónica. O golpe militar de 28 de maio de 1926, liderado pelo general Gomes da Costa, foi recebido com alívio por boa parte da população. Mais uma vez, a ditadura apresentou-se como remédio para o caos.

António de Oliveira Salazar, professor de Finanças em Coimbra, entrou no governo como ministro das Finanças em 1928, com poderes de veto sobre todas as despesas. Equilibrou as contas públicas e tornou-se indispensável. Em 1932 foi nomeado presidente do Conselho de Ministros e, em 1933, uma Constituição aprovada por plebiscito — em que as abstenções contaram como votos a favor — instituiu o Estado Novo.

O regime salazarista não era totalitário no sentido nazi ou soviético. Era um autoritarismo conservador, católico, corporativo e rural, que preferia a apatia à mobilização. O lema «Deus, Pátria e Família» resumia a sua ideologia. Mas os instrumentos de controlo eram eficazes:

- **A PVDE, depois PIDE e DGS**, polícia política que vigiava, prendia e torturava opositores, com uma vasta rede de informadores.
- **A Censura prévia**, que cortava jornais, livros, peças de teatro e filmes com o famoso «lápis azul».
- **O Tarrafal**, campo de concentração em Cabo Verde, aberto em 1936, onde morreram dezenas de presos políticos.
- **A União Nacional**, partido único de facto, e eleições sem verdadeira competição.
- **A Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa**, organizações paramilitares e de juventude.

As eleições presidenciais de 1958 mostram como funcionava a farsa eleitoral. O general Humberto Delgado candidatou-se contra o candidato do regime e, quando lhe perguntaram o que faria a Salazar, respondeu: «Obviamente, demito-o». Mobilizou multidões, mas os resultados oficiais deram-lhe apenas 25%. Em 1965, Delgado foi assassinado pela PIDE perto de Badajoz.

O Estado Novo arrastou o país para uma guerra colonial em Angola, Guiné e Moçambique entre 1961 e 1974, que mobilizou mais de 800 mil homens e causou cerca de 9 mil mortos portugueses e muitas dezenas de milhares de mortos africanos. Foi essa guerra, sem saída militar nem política, que acabou por derrubar o regime.

O 25 de Abril

Na madrugada de 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, formado por capitães cansados da guerra, ocupou pontos estratégicos de Lisboa. A senha foi a canção «Grândola, Vila Morena», de Zeca Afonso, transmitida pela Rádio Renascença. Marcello Caetano, sucessor de Salazar, rendeu-se no Quartel do Carmo ao capitão Salgueiro Maia. A população saiu à rua e colocou cravos nos canos das espingardas.

A Revolução dos Cravos teve um significado que ultrapassou Portugal. O cientista político Samuel Huntington considerou-a o

início da «terceira vaga» de democratização mundial, que nas duas décadas seguintes levaria à democracia dezenas de países. O caminho não foi linear: o Processo Revolucionário em Curso (PREC) de 1974-1975 viveu momentos de grande tensão, e o 25 de Novembro de 1975 foi decisivo para orientar o país para uma democracia pluralista de tipo ocidental. A Constituição de 1976 e a adesão à Comunidade Europeia em 1986 consolidaram essa escolha.

O franquismo

Em Espanha, a Segunda República (1931-1936) terminou numa guerra civil brutal após o levantamento militar de julho de 1936. O general Francisco Franco, apoiado pela Alemanha nazi e pela Itália fascista, venceu em 1939 contra a República, apoiada pela URSS e pelas Brigadas Internacionais. A guerra e a repressão que se lhe seguiu causaram centenas de milhares de mortos.

O franquismo começou como um regime próximo do fascismo, com o partido único Falange, e evoluiu para um autoritarismo conservador e católico, aceite pelo Ocidente durante a Guerra Fria como baluarte anticomunista. Os acordos com os Estados Unidos em 1953 e a entrada na ONU em 1955 mostram como as democracias ocidentais toleraram ditaduras aliadas — uma contradição que ainda hoje pesa sobre a sua credibilidade.

Franco morreu em novembro de 1975. O seu sucessor designado, o rei Juan Carlos, liderou com Adolfo Suárez uma transição pactuada que levou à Constituição de 1978. A tentativa de golpe de 23 de fevereiro de 1981, quando o tenente-coronel Tejero ocupou o Congresso, falhou em grande parte porque o rei a condenou publicamente.

A América Latina: caudilhos e juntas

A América Latina conheceu duas grandes formas de ditadura no século XX. A primeira foi o caudilhismo personalista: Rafael Trujillo na República Dominicana (1930-1961), Anastasio Somoza e os seus filhos na Nicarágua (1936-1979), Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989), Fulgencio Batista em Cuba.

A segunda forma foram as ditaduras militares institucionais das décadas de 1960 a 1980, frequentemente apoiadas pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria:

País	Período	Figura principal	Marca do regime
Brasil	1964-1985	Sucessivos generais-presidentes	Ato Institucional n.º 5 (1968), tortura, censura
Chile	1973-1990	Augusto Pinochet	Golpe contra Allende, cerca de 3 mil mortos e desaparecidos, 40 mil vítimas de prisão política e tortura
Argentina	1976-1983	Juntas de Videla, Viola, Galtieri	«Guerra suja», cerca de 30 mil desaparecidos segundo organizações de direitos humanos
Uruguai	1973-1985	Regime cívico-militar	Maior proporção de presos políticos per capita do mundo

A Operação Condor, coordenação entre os serviços secretos destas ditaduras para perseguir opositores além-fronteiras, é um precedente direto da «repressão transnacional» que hoje praticam a China, a Rússia, o Irão ou a Arábia Saudita. O assassinato do ex-ministro chileno Orlando Letelier em Washington, em 1976, por agentes de Pinochet, mostra que nem as capitais ocidentais estavam a salvo.

Do outro lado do espectro ideológico, a revolução cubana de 1959 derrubou Batista e instalou o regime de Fidel Castro, que se tornou uma ditadura de partido único aliada à URSS. Esse regime sobreviveu ao fim da Guerra Fria e continua no poder, como se verá no Capítulo 8.

O que a experiência ibérica e latino-americana ensina

A história destes regimes oferece duas lições para o presente. A primeira é que as ditaduras podem durar décadas, parecer inabaláveis e cair em poucas horas, quando se quebra a lealdade das forças armadas ou das elites. A segunda é que as transições bem-sucedidas exigiram compromissos difíceis entre antigos inimigos, apoio externo — no caso ibérico, a perspetiva europeia — e uma sociedade civil que manteve viva a memória da liberdade.

Capítulo 4

Guerra Fria, descolonização e a terceira vaga

Entre 1945 e 1991, o mundo dividiu-se em dois blocos, e as ditaduras multiplicaram-se em ambos. A vitória aliada sobre o nazismo não trouxe a democracia à metade oriental da Europa: trouxe o domínio soviético. E o Ocidente democrático, em nome da contenção do comunismo, apoiou inúmeros ditadores no resto do mundo. Este capítulo mostra como esse período terminou numa onda de libertação — e porque essa onda criou expectativas excessivas.

A cortina de ferro

Em 1946, Winston Churchill declarou em Fulton, nos Estados Unidos, que «de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente». Nos anos seguintes, os partidos comunistas tomaram o poder na Polónia, Hungria, Checoslováquia, Roménia, Bulgária e Alemanha Oriental, quase sempre com o apoio do Exército Vermelho e através do que o comunista húngaro Mátyás Rákosi chamou «tática do salame»: eliminar a oposição fatia a fatia.

As tentativas de libertação foram esmagadas. Em Berlim Oriental em 1953, em Budapeste em 1956 — onde a intervenção soviética matou cerca de 2500 húngaros — e em Praga em 1968, quando os tanques do Pacto de Varsóvia puseram fim à Primavera de Alexander Dubček. A Stasi da Alemanha Oriental tornou-se o mais completo aparelho de vigilância da era pré-digital, com cerca de 90

mil funcionários e quase 190 mil informadores para uma população de 16 milhões.

As ditaduras «amigas» do Ocidente

A Guerra Fria levou as democracias ocidentais a uma política que muitos resumiram na frase atribuída a Franklin Roosevelt sobre Somoza: «É um filho da mãe, mas é o nosso filho da mãe.» Os Estados Unidos e os seus aliados apoiaram ou toleraram o xá do Irão, reposto após o golpe de 1953 contra Mohammad Mossadegh; Mobutu no Zaire; Suharto na Indonésia, cujo regime foi responsável pelos massacres de 1965-1966 e pela ocupação de Timor-Leste; os coronéis gregos; e as juntas sul-americanas.

Portugal é um exemplo claro desta contradição. O Estado Novo foi membro fundador da NATO em 1949, sem nunca ter sido uma democracia, porque a base das Lajes nos Açores era estrategicamente valiosa. Esta história de duplicidade é hoje usada por Moscovo e Pequim para acusar o Ocidente de hipocrisia, e é um argumento que encontra eco em muitos países do Sul Global.

A descolonização e os regimes de partido único

Entre 1945 e 1975, dezenas de países africanos e asiáticos conquistaram a independência. Muitos começaram com constituições democráticas e rapidamente evoluíram para regimes de partido único ou ditaduras militares. Os líderes da independência argumentavam frequentemente que a unidade nacional, numa sociedade dividida por etnias e fronteiras artificiais, exigia um partido único.

Nas antigas colónias portuguesas, a independência em 1974-1975 levou ao poder movimentos de inspiração marxista — o MPLA em Angola, a FRELIMO em Moçambique, o PAIGC na Guiné-Bissau e em Cabo Verde — que instalaram regimes de partido único. Angola e Moçambique viveram guerras civis devastadoras, alimentadas pela rivalidade entre as superpotências. Cabo Verde, pelo contrário, fez uma transição pacífica para a democracia em 1991 e é hoje uma das democracias mais sólidas de África.

A terceira vaga de democratização

Samuel Huntington identificou três grandes vagas de democratização na história moderna. A primeira, longa e lenta, decorreu entre 1828 e 1926. A segunda seguiu-se à Segunda Guerra Mundial. A terceira começou em Lisboa, em 25 de abril de 1974.

Nos quinze anos seguintes, caiu a ditadura dos coronéis gregos (1974), terminou o franquismo (1975-1978), as juntas sul-americanas deram lugar a governos civis (Argentina em 1983, Brasil e Uruguai em 1985, Chile em 1990), o regime de Marcos nas Filipinas caiu perante o «Poder Popular» (1986), e a Coreia do Sul e Taiwan iniciaram transições democráticas (1987).

O ano de 1989 foi o clímax. Na Polónia, o sindicato Solidariedade venceu as eleições semilivres de junho. Na Hungria, a fronteira com a Áustria abriu-se. Em novembro, caiu o Muro de Berlim. A Revolução de Veludo libertou a Checoslováquia; na Roménia, Ceaușescu foi derrubado e executado. Em 1991, a própria União Soviética desfez-se em quinze Estados independentes.

Em África, o fim da Guerra Fria retirou o apoio externo a muitos regimes de partido único. Entre 1990 e 1994, a maioria dos países africanos adotou o multipartidarismo, e Nelson Mandela foi eleito presidente da África do Sul em 1994.

O «fim da história»

Em 1989, Francis Fukuyama publicou o ensaio «O Fim da História?», desenvolvido depois em livro. A sua tese, muitas vezes mal compreendida, não era que os acontecimentos acabariam, mas que a democracia liberal e a economia de mercado tinham vencido a competição ideológica: não havia alternativa credivelmente superior.

Esta ideia moldou a política ocidental durante duas décadas. Acreditou-se que o comércio levaria à abertura política — a doutrina alemã do *Wandel durch Handel*, «mudança através do comércio». Admitiu-se a China na Organização Mundial do Comércio em 2001 na expectativa de que a prosperidade criaria

uma classe média exigente de liberdades. Convidou-se a Rússia para o G8. Construiu-se o gasoduto Nord Stream.

Os primeiros sinais de alarme

Mesmo no auge do otimismo, havia sinais contrários. Em junho de 1989, poucos meses antes da queda do Muro, o Partido Comunista Chinês esmagou com tanques o movimento pró-democracia na Praça Tiananmen, matando centenas e possivelmente milhares de pessoas. Pequim tirou dessa experiência, e da queda da URSS, uma conclusão oposta à de Fukuyama: o erro de Gorbachev foi ter aberto o sistema político.

Na Rússia, a década de 1990 foi de caos económico, privatizações selvagens e humilhação geopolítica. Em 1993, Boris Ieltsin bombardeou o parlamento. Em 1999, nomeou como sucessor um antigo oficial do KGB pouco conhecido: Vladimir Putin. O século XXI estava prestes a começar, e com ele a resposta autoritária ao triunfalismo liberal.

Parte II

As ditaduras do século XXI

Capítulo 5

O novo autoritarismo

As ditaduras do século XXI são, na sua maioria, diferentes das do século XX. Matam menos em números absolutos, prendem de forma mais seletiva, realizam eleições, usam as redes sociais com profissionalismo e estão profundamente integradas na economia global. Para as compreender, é preciso abandonar a imagem do ditador de uniforme e óculos escuros e olhar para regimes que se apresentam como democracias «diferentes», «soberanas» ou «com características nacionais».

O retrato estatístico de 2026

Os dois principais observatórios internacionais da democracia publicaram em março de 2026 relatórios convergentes sobre o estado do mundo no final de 2025.

A Freedom House, no relatório *Freedom in the World 2026: The Growing Shadow of Autocracy*, registou o vigésimo ano consecutivo de declínio global: 54 países pioraram e apenas 35 melhoraram. A proporção da população mundial em países «Livres» caiu para 21%, contra 46% duas décadas antes. Dezanove países que eram «Parcialmente Livres» passaram, ao longo desse período, a «Não Livres». A organização identifica a liberdade dos media, a liberdade de expressão pessoal e o direito a um processo justo como os indicadores que mais se degradaram.

O Instituto V-Dem, no seu décimo *Democracy Report*, intitulado *Unraveling the Democratic Era?*, contou 92 autocracias e 87 democracias no final de 2025. Para o cidadão médio do mundo, o nível de democracia regressou ao de 1978. Cerca de 74% da população mundial vive sob regimes autocráticos, e a grande maioria destas pessoas vive em autocracias eleitorais — regimes que realizam eleições, mas sem incerteza real quanto ao resultado.

O V-Dem conta 44 países em processo de autocratização e apenas 12 em democratização.

Indicador (final de 2025)	Valor	Fonte
Autocracias no mundo	92	V-Dem 2026
Democracias no mundo	87	V-Dem 2026
População mundial em autocracias	cerca de 74%	V-Dem 2026
Países em autocratização	44	V-Dem 2026
População em países «Livres»	21% (46% em 2005)	Freedom House 2026
Países que pioraram em 2025	54 (35 melhoraram)	Freedom House 2026
Pontuação da China / Rússia / Irão	9 / 12 / 10 em 100	Freedom House 2026

Um dado novo e incómodo destes relatórios é que a erosão já não se limita à periferia. O V-Dem conclui que, pela primeira vez em mais de 50 anos, os Estados Unidos deixaram de ser classificados como democracia liberal, e que seis dos dez novos países em autocratização estão na Europa e na América do Norte, incluindo Itália e o Reino Unido. A Freedom House registou uma queda de 3 pontos nos Estados Unidos, a maior entre os países «Livres» em 2025. Voltaremos a este tema, e às críticas a estas classificações, no Capítulo 15.

Do medo à manipulação

Os economistas Sergei Guriev e Daniel Treisman, no livro *Spin Dictators* (2022), propuseram uma distinção útil entre «ditadores do medo» e «ditadores da manipulação». Os primeiros — Estaline, Mao, Pol Pot — governavam pela violência em massa e pela ideologia. Os segundos governam sobretudo através do controlo da informação: fingem ser democratas, cultivam popularidade, evitam a repressão visível e preferem cooptar a matar.

O ditador da manipulação usa técnicas como estas:

- Realiza eleições, mas controla a televisão, exclui candidatos incómodos por «irregularidades técnicas» e manipula os resultados apenas o necessário.
- Permite alguns meios independentes de pequena audiência, enquanto domina os grandes canais.
- Persegue opositores com acusações de fraude fiscal, extremismo ou traição, em vez de os prender abertamente por razões políticas.
- Usa leis sobre «agentes estrangeiros» para estrangular ONG e jornalistas.
- Apresenta-se como defensor dos valores tradicionais, da soberania nacional e da estabilidade contra o caos ocidental.

Guriev e Treisman notam que, na maioria dos casos, quando a manipulação falha, o regime recorre ao medo. Foi o que aconteceu na Rússia depois de 2022: a invasão da Ucrânia transformou um regime de manipulação num regime cada vez mais assente na repressão aberta. A Freedom House observou a mesma dinâmica no seu relatório de 2026: quando a propaganda não basta para calar a dissidência, os autocratas usam o controlo das forças de segurança e dos tribunais para intensificar a repressão.

O autoritarismo competitivo

Os cientistas políticos Steven Levitsky e Lucan Way cunharam o conceito de «autoritarismo competitivo» para descrever regimes em que as instituições democráticas existem e importam, mas o incumbente abusa do Estado de forma tão sistemática que a competição é real mas injusta. A Turquia de Erdoğan, a Venezuela de Chávez nos primeiros anos, ou a Sérvia de Vučić são exemplos.

Estes regimes são instáveis por natureza: às vezes a oposição consegue vencer apesar de tudo, como em Istambul em 2019, quando Ekrem İmamoğlu ganhou a câmara municipal. Outras vezes o regime endurece: o mesmo İmamoğlu foi detido em março

de 2025, o que desencadeou os maiores protestos na Turquia em mais de uma década.

A autocratização por etapas

Uma das grandes descobertas da investigação recente é que a maioria das democracias que morrem hoje não morre por golpe militar, mas por «autogolpe» lento, conduzido por governos eleitos. O processo segue normalmente uma sequência reconhecível:

1. **Polarização.** O líder define a política como luta existencial entre «o povo verdadeiro» e inimigos internos.
2. **Captura dos árbitros.** Tribunais constitucionais, procuradorias, comissões eleitorais e reguladores dos media são ocupados por leais.
3. **Controlo dos media.** Os grandes meios de comunicação são comprados por empresários amigos ou estrangulados financeiramente.
4. **Ataque à sociedade civil.** Leis de «agentes estrangeiros», auditorias fiscais e campanhas de difamação contra ONG e universidades.
5. **Reescrita das regras eleitorais.** Mudanças nos círculos, no financiamento ou na contagem que favorecem o partido no poder.

O V-Dem identifica a censura dos media como a arma preferida dos aspirantes a autocrata: em 2025, segundo o seu relatório, a grande maioria dos países em autocratização recorreu a ela. A Hungria de Viktor Orbán, que perdeu 28 pontos na escala da Freedom House em vinte anos, tornou-se o caso de estudo europeu deste modelo, até à derrota eleitoral de Orbán em abril de 2026 (ver Capítulo 15).

Autocracia, S.A.

A jornalista e historiadora Anne Applebaum, no livro *Autocracy, Inc.* (2024), acrescentou uma dimensão crucial: as autocracias de hoje não estão isoladas. Formam redes de cooperação prática que não dependem de uma ideologia comum. A China comunista, a Rússia nacionalista, o Irão teocrático, a Venezuela «bolivariana» e a Coreia do Norte dinasta partilham tecnologia de vigilância, armas, petróleo, sistemas financeiros para contornar sanções e narrativas de propaganda.

O que os une, segundo Applebaum, é um interesse comum: preservar o poder e a riqueza das suas elites, e resistir à ideia de que os cidadãos têm direitos universais que podem ser invocados contra o Estado. Em maio de 2025, a parada militar em Moscovo pelos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, com Xi Jinping ao lado de Putin, foi uma demonstração visual desta rede. Em setembro de 2025, Xi recebeu Putin e Kim Jong-un juntos em Pequim para outra parada.

O que mudou em relação ao século XX

Dimensão	Ditaduras do século XX	Ditaduras do século XXI
Legitimação	Ideologia revolucionária ou nacionalista	Estabilidade, desempenho económico, soberania, valores tradicionais
Eleições	Inexistentes ou de partido único	Multipartidárias, mas sem incerteza
Repressão	Massiva e visível	Seletiva, legalista, digital
Informação	Monopólio total	Poluição e saturação, mais do que proibição
Economia	Muitas vezes fechada	Integrada nos mercados globais
Relação com o exterior	Blocos ideológicos	Redes pragmáticas, cleptocracia transnacional

Esta última diferença é a mais importante para a Parte III. As ditaduras do século XX estavam do outro lado de uma cortina. As do século XXI estão dentro das nossas redes sociais, dos nossos mercados imobiliários, das nossas cadeias de fornecimento e, por vezes, dos nossos partidos políticos.

Capítulo 6

A Rússia de Putin

Nenhum regime autoritário do século XXI teve um impacto tão direto sobre a segurança europeia como a Rússia de Vladimir Putin. Em pouco mais de vinte e cinco anos, o país passou de uma democracia imperfeita para uma autocracia personalista em guerra aberta com um vizinho e em conflito híbrido com o resto da Europa. A Freedom House atribui-lhe hoje 12 pontos em 100.

A ascensão: 1999-2008

Putin foi nomeado primeiro-ministro em agosto de 1999 e presidente interino no último dia desse ano, quando Boris Ieltsin se demitiu. A sua popularidade nasceu da segunda guerra da Chechénia, lançada após uma série de atentados contra prédios de habitação em Moscovo e outras cidades em setembro de 1999, que mataram cerca de 300 pessoas. As circunstâncias desses atentados, incluindo um episódio em Riazan em que agentes do FSB foram apanhados a colocar explosivos, nunca foram esclarecidas de forma independente.

Nos primeiros anos, Putin beneficiou do aumento dos preços do petróleo, que permitiu pagar salários e pensões em atraso e fazer crescer a economia cerca de 7% ao ano. Em troca da prosperidade, a sociedade aceitou um pacto tácito: o Kremlin garantia estabilidade e consumo, e os cidadãos afastavam-se da política.

Ao mesmo tempo, o regime desmontou os contrapesos. A televisão NTV, a mais independente, foi tomada pela Gazprom em 2001. O oligarca Mikhail Khodorkovsky, dono da petrolífera Yukos e financiador da oposição, foi preso em 2003 e passou dez anos na prisão. Os governadores regionais deixaram de ser eleitos em 2004. A jornalista Anna Politkovskaya, que investigava os crimes

na Chechénia, foi assassinada em Moscovo em 2006, no dia do aniversário de Putin.

A viragem: 2008-2014

Em 2007, na Conferência de Segurança de Munique, Putin fez um discurso que muitos consideram o início de uma nova era: acusou os Estados Unidos de quererem um mundo unipolar e criticou o alargamento da NATO. Em 2008, a Rússia invadiu a Geórgia e reconheceu a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul.

Entre 2008 e 2012, Putin respeitou formalmente o limite de dois mandatos consecutivos e trocou de lugar com Dmitri Medvedev, tornando-se primeiro-ministro. Quando anunciou o regresso à presidência, em setembro de 2011, e as eleições legislativas de dezembro foram marcadas por fraudes, dezenas de milhares de pessoas saíram à rua em Moscovo. Os protestos da Praça Bolotnaya foram os maiores desde 1991.

A resposta do regime marcou a sua evolução seguinte. Foram aprovadas leis sobre «agentes estrangeiros» (2012), contra a «propaganda homossexual» (2013) e de controlo da internet. O Kremlin passou a apresentar-se como defensor dos «valores tradicionais» contra um Ocidente decadente, e a Igreja Ortodoxa tornou-se um pilar ideológico do regime.

A Crimeia e o Donbas: 2014

Em fevereiro de 2014, a revolta do Maidan em Kiev levou à fuga do presidente ucraniano pró-russo Viktor Yanukovych, depois de este ter recusado o Acordo de Associação com a União Europeia. A Rússia respondeu ocupando a Crimeia com soldados sem insígnias — os «homenzinhos verdes» — e anexando-a após um referendo sem observação internacional credível. A seguir, apoiou separatistas armados no Donbas.

Em julho de 2014, o voo MH17 da Malaysia Airlines foi abatido sobre o leste da Ucrânia por um míssil russo Buk, matando 298 pessoas. Uma investigação internacional liderada pelos Países

Baixos concluiu que o sistema pertencia a uma brigada militar russa, e um tribunal neerlandês condenou três homens em 2022.

A reação ocidental foi limitada: sanções setoriais, expulsão do G8 e os Acordos de Minsk. A Alemanha avançou com o gasoduto Nord Stream 2. Para o Kremlin, a lição foi que a agressão tinha custos suportáveis.

A consolidação: 2014-2022

Nos anos seguintes, o regime endureceu internamente e ampliou a sua ação externa. Interveio militarmente na Síria em 2015, salvando o regime de Bashar al-Assad. Interferiu nas eleições norte-americanas de 2016, segundo as conclusões dos serviços de informações dos EUA e do relatório bipartidário do Comité de Informações do Senado. Os agentes do GRU envenenaram o ex-espião Sergei Skripal em Salisbury, no Reino Unido, em 2018, com o agente neurotóxico Novichok.

Em 2020, o líder da oposição Alexei Navalny foi também envenenado com Novichok. Sobreviveu após tratamento em Berlim, regressou voluntariamente à Rússia em janeiro de 2021, foi imediatamente preso e morreu numa colónia penal no Ártico em fevereiro de 2024. No mesmo ano de 2020, uma reforma constitucional aprovada por votação popular repôs a zero o contador dos mandatos de Putin, permitindo-lhe governar até 2036.

A guerra total: desde 2022

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão em larga escala da Ucrânia. O objetivo inicial — tomar Kiev em poucos dias e substituir o governo de Volodymyr Zelensky — falhou. A guerra transformou-se num conflito de desgaste com centenas de milhares de baixas, milhões de refugiados e a destruição de cidades como Mariupol.

Em março de 2023, o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado de captura contra Putin pela deportação ilegal de crianças ucranianas. Em junho de 2023, o chefe do grupo

mercenário Wagner, Yevgeny Prigozhin, liderou um motim que avançou em direção a Moscovo antes de recuar; dois meses depois, morreu na queda do seu avião.

Internamente, a guerra acelerou a transformação do regime num sistema de repressão aberta. Criticar o exército tornou-se crime punível com até 15 anos de prisão. Os últimos meios independentes foram encerrados ou exilados. A organização Memorial foi dissolvida. Centenas de milhares de russos, sobretudo jovens e qualificados, emigraram. Em 2024, Putin foi reeleito com 87% dos votos numa eleição sem candidatos de oposição reais.

A guerra em 2026

No final de 2026, a guerra aproxima-se do seu quinto inverno. Em novembro, delegações russa e ucraniana reuniram-se em Abu Dhabi, com mediação norte-americana, pela primeira vez em nove meses; acordaram uma troca de prisioneiros, mas não houve avanço decisivo. O enviado norte-americano Steve Witkoff e Jared Kushner encontraram-se depois com Putin em Moscovo. O principal obstáculo continua a ser a exigência russa de que a Ucrânia entregue toda a região do Donbas, o que Kiev rejeita.

Enquanto se negocia, os ataques continuam: a Rússia mantém bombardeamentos massivos sobre infraestruturas energéticas ucranianas, e a Ucrânia ataca refinarias e infraestruturas russas. A Europa, receosa de que um acordo entre Washington e Moscovo seja feito às suas custas, procura um lugar à mesa através da chamada «Coalizão dos Voluntários».

Como funciona o regime

O sistema de Putin assenta em quatro pilares:

- **Os *siloviki***: os homens dos serviços de segurança (FSB, GRU, Guarda Nacional), que ocupam os postos-chave do Estado e da economia.

- **A economia de renda**: o petróleo e o gás financiam o orçamento e o exército, e a distribuição das rendas compra a lealdade das elites.
- **A propaganda televisiva e digital**: canais como o Primeiro Canal e a Rossiya 1 dominam a informação da maioria dos russos; no exterior, o RT e redes de contas falsas amplificam as narrativas do Kremlin.
- **A ideologia do ressentimento imperial**: Putin descreveu o fim da URSS como «a maior catástrofe geopolítica do século» e, num ensaio de 2021, negou que russos e ucranianos fossem povos distintos.

O que a Rússia quer

Os objetivos do Kremlin, tal como expressos pelos seus próprios dirigentes, vão além da Ucrânia. Em dezembro de 2021, antes da invasão, Moscovo exigiu à NATO que retirasse as suas forças dos países que aderiram após 1997 — ou seja, de toda a Europa Central e de Leste. Esta exigência revela uma visão de esferas de influência em que a soberania dos pequenos Estados vizinhos é negociável entre grandes potências.

Há analistas, sobretudo na escola realista das relações internacionais — como John Mearsheimer —, que argumentam que o alargamento da NATO provocou a reação russa e que o Ocidente partilha responsabilidade pela guerra. Os críticos desta tese respondem que os países do antigo bloco soviético pediram para aderir precisamente por medo da Rússia, que a Ucrânia não estava em vias de entrar na NATO em 2022 e que a guerra se explica melhor pela vontade imperial de Moscovo do que por qualquer ameaça real. O debate continua, mas é justo registar ambas as posições.

Capítulo 7

A China de Xi Jinping

A República Popular da China é o regime autoritário mais poderoso da história. Governa 1,4 mil milhões de pessoas, é a segunda economia mundial, a maior potência industrial e comercial, e possui as maiores forças navais do planeta em número de navios. Ao contrário da Rússia, que exerce poder sobretudo pela destruição, a China exerce-o sobretudo pela integração: está presente nas cadeias de fornecimento, nos portos, nas redes elétricas e nos telemóveis de todo o mundo. A Freedom House atribui-lhe 9 pontos em 100.

O modelo de Deng: autoritarismo e mercado

Depois da morte de Mao em 1976, Deng Xiaoping lançou a política de «reforma e abertura». Introduziu mecanismos de mercado, abriu zonas económicas especiais ao investimento estrangeiro e retirou da pobreza extrema centenas de milhões de pessoas ao longo das décadas seguintes. Foi uma das maiores transformações económicas da história humana.

Politicamente, Deng manteve o monopólio do Partido Comunista, mas introduziu regras para evitar um novo Mao: liderança coletiva, limite de dois mandatos de cinco anos para o presidente e reformas obrigatórias por idade. O massacre de Tiananmen em 1989 mostrou o limite absoluto: a economia podia abrir-se, o poder político não.

Durante trinta anos, os governos ocidentais apostaram que o crescimento económico acabaria por criar pressão para a liberalização política. Essa aposta perdeu-se com a chegada de Xi Jinping.

Xi Jinping: o regresso do homem forte

Xi tornou-se secretário-geral do partido em 2012 e presidente em 2013. Em pouco tempo, desmantelou as regras de Deng:

- **Campanha anticorrupção**: puniu mais de um milhão de quadros, incluindo rivais poderosos como Bo Xilai e Zhou Yongkang, combinando um combate real à corrupção com a eliminação de adversários.
- **Fim do limite de mandatos**: em 2018, a Assembleia Nacional Popular aboliu o limite de dois mandatos para o presidente. Em outubro de 2022, Xi iniciou um terceiro mandato inédito como secretário-geral.
- **Culto da personalidade**: o «Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era» foi inscrito na Constituição do partido e do Estado e é estudado obrigatoriamente nas escolas.
- **Controlo ideológico**: em 2013, um documento interno conhecido como «Documento n.º 9» proibiu a discussão de sete temas, incluindo a democracia constitucional, os valores universais, a sociedade civil e a liberdade de imprensa.

O Estado de vigilância digital

A inovação mais significativa do regime de Xi é a fusão entre autoritarismo e tecnologia. A China construiu o maior sistema de vigilância da história: centenas de milhões de câmaras, reconhecimento facial, recolha de dados biométricos, monitorização das redes sociais e aplicações como o WeChat, que combinam mensagens, pagamentos e serviços públicos sob controlo do Estado.

A «Grande Firewall» bloqueia o Google, o Facebook, o YouTube, a Wikipédia e a maioria dos meios de comunicação estrangeiros. Dentro dela, um exército de censores e algoritmos apaga conteúdos críticos em minutos. Durante a pandemia de covid-19, o sistema foi usado para impor confinamentos extremos, como os de

Xangai em 2022, que provocaram os raros «protestos das folhas brancas» em novembro desse ano.

Xinjiang, Tibete e Hong Kong

Em Xinjiang, a partir de 2017, as autoridades detiveram mais de um milhão de uigures e outras minorias muçulmanas em campos que Pequim descreve como «centros de formação profissional». Em 2022, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos concluiu que poderiam ter sido cometidos crimes contra a humanidade. Documentos internos divulgados — os *China Cables* e os *Xinjiang Police Files* — mostram ordens para impedir fugas e tratar os detidos como criminosos. Os Estados Unidos e vários parlamentos ocidentais classificaram a política como genocídio; a China rejeita todas as acusações.

No Tibete, a política de assimilação inclui internatos obrigatórios para crianças e controlo da sucessão religiosa: Pequim pretende escolher o próximo Dalai Lama.

Em Hong Kong, a promessa de «um país, dois sistemas» até 2047 foi abandonada. Após os grandes protestos de 2019, Pequim impôs em 2020 uma Lei de Segurança Nacional que criminaliza a «colusão com forças estrangeiras». O jornal Apple Daily foi encerrado, o seu fundador Jimmy Lai foi julgado, e dezenas de ativistas pró-democracia foram condenados. O sistema eleitoral foi alterado para que só «patriotas» possam concorrer.

Taiwan

Taiwan é uma democracia vibrante de 23 milhões de pessoas, que Pequim considera uma província rebelde e prometeu «reunificar», pela força se necessário. A pressão militar aumentou drasticamente durante a liderança de Xi. Em 2026, a presença diária de navios e aviões militares chineses em torno da ilha tornou-se rotina, e a guarda costeira chinesa alargou as suas patrulhas a águas a leste de Taiwan, onde antes eram raras.

Nem mesmo a cimeira entre Donald Trump e Xi Jinping em maio de 2026 reduziu essa pressão. Pequim separa claramente a

diplomacia comercial da coerção militar. O tema será desenvolvido no Capítulo 14.

A China no mundo

A Iniciativa Faixa e Rota, lançada em 2013, financiou portos, caminhos de ferro, centrais elétricas e estradas em mais de 140 países. Para muitos países em desenvolvimento, ofereceu infraestruturas que o Ocidente não financiava. Para os críticos, criou dependências de dívida e alavancas políticas — embora a tese da «armadilha da dívida» seja contestada por vários investigadores, que mostram que muitos empréstimos foram renegociados a favor dos devedores.

Portugal conhece bem a presença económica chinesa. Na sequência do resgate financeiro de 2011, empresas estatais chinesas adquiriram posições importantes na EDP, na REN, na Fidelidade e no BCP. Mais tarde, o debate sobre a participação da Huawei nas redes 5G europeias mostrou como esses laços económicos se tornaram uma questão de segurança.

A visão de Pequim

Para ser justo, é preciso compreender como o regime chinês se vê a si próprio. O Partido Comunista argumenta que o «século de humilhação» (1839-1949), em que a China foi dominada por potências estrangeiras, só terminou graças a um Estado forte. Afirma ter garantido estabilidade, crescimento e elevação do nível de vida, e aponta a polarização e a disfunção das democracias ocidentais como prova da superioridade do seu modelo. Sondagens, embora difíceis de interpretar num país sem liberdade de expressão, sugerem que uma parte significativa da população apoia o governo.

O problema, do ponto de vista democrático, é que este modelo não permite verificar esse apoio, não protege quem discorda e não tem mecanismos para corrigir erros graves do líder — como mostraram o Grande Salto em Frente sob Mao e, numa escala muito menor, a política de «covid zero» sob Xi.

Capítulo 8

Irão, Coreia do Norte, Bielorrússia, Venezuela, Nicarágua e Cuba

Para além das duas grandes potências autoritárias, existe um conjunto de regimes mais pequenos que formam o que alguns analistas chamam o «eixo da turbulência». Nenhum deles tem o peso da Rússia ou da China, mas todos desempenham papéis importantes na rede autoritária global: fornecem armas, petróleo, soldados ou plataformas de influência. O ano de 2026 foi particularmente dramático para vários deles.

Irão: a teocracia sob cerco

A República Islâmica nasceu da revolução de 1979, que derrubou o xá e instalou um sistema único no mundo: a *velayat-e faqih*, ou tutela do jurista islâmico. O Líder Supremo, um clérigo xiita, está acima do presidente, do parlamento e dos tribunais. A Guarda Revolucionária (IRGC) tornou-se ao longo das décadas um Estado dentro do Estado, com um vasto império económico e uma rede de milícias regionais — o Hezbollah no Líbano, os Houthis no Iémen, grupos armados no Iraque e, até 2024, o regime de Assad na Síria.

O regime enfrentou vagas sucessivas de protesto: o Movimento Verde em 2009, as revoltas económicas de 2017-2019 e o movimento «Mulher, Vida, Liberdade» em 2022, desencadeado pela morte sob custódia de Mahsa Amini, detida pela polícia da moralidade por alegadamente usar mal o véu.

O período de 2025-2026 foi o mais turbulento desde a revolução:

Data	Acontecimento
Novembro de 2026	Irão num estado de «nem guerra nem paz»; bloqueio naval norte-americano mantido; debate interno sobre a doutrina nuclear
Julho de 2026	Acordo interino desfaz-se; os EUA repõem o bloqueio após ataques iranianos a navios em Ormuz
Junho de 2026	Acordo interino; os EUA levantam o bloqueio e o tráfego em Ormuz é retomado
Abril de 2026	Cessar-fogo; os EUA impõem bloqueio aos portos iranianos; o Irão fecha intermitentemente o Estreito de Ormuz
28 de fevereiro de 2026	Os EUA e Israel lançam uma guerra contra o Irão; o Líder Supremo Ali Khamenei é morto; o seu filho Mojtaba sucede-lhe
Janeiro de 2026	Protestos em mais de cem cidades; repressão com milhares de mortos e corte quase total da internet
Dezembro de 2025	Protestos económicos em Teerão, após o colapso do rial, alastram-se ao país
Junho de 2025	Guerra de 12 dias com Israel; mais de 21 mil detidos por alegada espionagem

A repressão de janeiro de 2026 foi, segundo a Amnistia Internacional, o período mais mortífero de repressão em décadas de investigação da organização sobre o país. As estimativas do número de mortos variam muito: o governo reconheceu 3117, a organização HRANA, sediada nos EUA, verificou perto de 5 mil, e outras fontes apontam para dezenas de milhares. A incerteza resulta em grande parte do apagão da internet imposto a partir de 8 de janeiro.

A guerra iniciada a 28 de fevereiro levantou questões difíceis para as democracias. Para os seus defensores, foi uma resposta necessária ao programa nuclear iraniano e a um regime que acabara de massacrar o seu próprio povo. Para os críticos, incluindo vários governos europeus, foi uma guerra sem mandato

internacional que provocou uma crise energética global e que pode reforçar a coesão nacionalista em torno do regime. A sucessão dinástica de pai para filho — algo que a própria revolução de 1979 condenava na monarquia — sugere um regime cada vez mais dependente da Guarda Revolucionária. Em novembro de 2026, membros da Assembleia dos Peritos pediram a revisão da doutrina que proibia religiosamente as armas nucleares.

Para a Europa, o Irão é uma ameaça em três frentes: o risco nuclear, o fornecimento de drones Shahed à Rússia para a guerra na Ucrânia, e as operações de assassinato e intimidação contra dissidentes iranianos em solo europeu, descritas no Capítulo 12.

Coreia do Norte: o último Estado totalitário

A República Popular Democrática da Coreia é governada pela mesma família desde 1948: Kim Il-sung, Kim Jong-il e, desde 2011, Kim Jong-un. É o único regime atual que corresponde plenamente ao modelo totalitário clássico: culto da personalidade absoluto, ausência total de imprensa ou internet livres, campos de prisioneiros políticos que albergam dezenas de milhares de pessoas e um sistema de castas políticas chamado *songbun*.

O regime possui armas nucleares desde 2006 e mísseis balísticos intercontinentais capazes, em teoria, de atingir os Estados Unidos. A grande novidade dos últimos anos é a sua integração na guerra europeia. Em 2024, Pyongyang e Moscovo assinaram um tratado de parceria estratégica com cláusula de defesa mútua. No final desse ano, milhares de soldados norte-coreanos foram enviados para a região russa de Kursk para combater a incursão ucraniana. Pyongyang reconheceu oficialmente o envio em 2025, e em abril de 2026 inaugurou com dirigentes russos um monumento aos soldados mortos.

Em 2026, segundo os serviços de informações ucranianos, a Rússia preparava-se para receber dezenas de milhares de soldados norte-coreanos adicionais, e lançadores de mísseis norte-coreanos foram colocados na região russa de Voronej. Em troca, Pyongyang recebe petróleo, alimentos, divisas e, possivelmente, tecnologia

militar avançada. Pela primeira vez desde a Guerra da Coreia, soldados norte-coreanos combatem numa guerra na Europa.

Bielorrússia: o vassalo de Moscovo

Alexander Lukashenko governa a Bielorrússia desde 1994, o que faz dele o mais antigo governante da Europa. As eleições de agosto de 2020, que lhe atribuíram oficialmente 80% dos votos, foram amplamente consideradas fraudulentas. Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se durante meses, muitas vezes lideradas por mulheres, como a candidata Sviatlana Tsikhanouskaya, que se exilou na Lituânia.

A repressão foi brutal: dezenas de milhares de detidos, tortura documentada e mais de mil presos políticos. Em maio de 2021, as autoridades forçaram a aterragem em Minsk de um avião da Ryanair que voava entre Atenas e Vilnius, para prender o jornalista Roman Protasevich — um ato de pirataria aérea de Estado. Em 2021, o regime organizou o envio de migrantes para as fronteiras da Polónia e da Lituânia, uma tática de «instrumentalização da migração».

Dependente de Moscovo para sobreviver, Lukashenko permitiu que o território bielorrusso fosse usado para a invasão da Ucrânia em 2022 e aceitou a colocação de armas nucleares táticas russas. Em janeiro de 2025 foi «reeleito» para um sétimo mandato.

Venezuela: a queda de Maduro e a transição incerta

A Venezuela de Hugo Chávez (1999-2013) foi o modelo do autoritarismo competitivo na América Latina: um líder carismático eleito que, graças às receitas petrolíferas, financiou programas sociais e, ao mesmo tempo, capturou os tribunais, a autoridade eleitoral e os media. O seu sucessor, Nicolás Maduro, sem o carisma nem os preços do petróleo, transformou o regime numa ditadura aberta. A economia contraiu-se cerca de três quartos e quase oito milhões de venezuelanos emigraram, uma comunidade que inclui muitos luso-venezuelanos regressados à Madeira.

Nas eleições de julho de 2024, a oposição, liderada por María Corina Machado — impedida de concorrer — e pelo candidato Edmundo González, recolheu as atas das mesas de voto que mostravam uma vitória clara da oposição. O Conselho Nacional Eleitoral proclamou Maduro vencedor sem publicar resultados detalhados. Machado recebeu o Prémio Nobel da Paz em 2025.

Em 3 de janeiro de 2026, as forças armadas norte-americanas bombardearam alvos no norte da Venezuela e capturaram Maduro e a sua mulher, Cilia Flores, em Caracas. Ambos foram levados para Nova Iorque para responder a acusações de narcoterrorismo, de que se declararam inocentes. A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu a presidência interina com o apoio das forças armadas e, mais tarde, de Washington.

A transição tem sido ambígua. A Assembleia Nacional, ainda dominada pelo chavismo, aprovou em fevereiro de 2026 uma lei de amnistia e liberalizou o setor petrolífero. Machado regressou ao país em 25 de outubro. Rodríguez prometeu eleições organizadas por uma autoridade eleitoral «renovada», mas, até novembro, não fixou qualquer data. Para muitos analistas, o chavismo está a reciclar-se com nova roupagem. O caso venezuelano levanta uma pergunta incómoda: é possível uma transição democrática imposta de fora, por meios que muitos juristas consideram ilegais à luz do direito internacional?

Nicarágua: a dinastia Ortega-Murillo

Daniel Ortega, antigo líder da revolução sandinista que derrubou Somoza em 1979, regressou ao poder pelo voto em 2007 e construiu, com a sua mulher Rosario Murillo, um regime que muitos comparam ironicamente ao do próprio Somoza. Em 2018, a repressão de protestos estudantis e de reformados causou mais de 300 mortos. Antes das eleições de 2021, todos os candidatos presidenciais da oposição foram presos.

O regime encerrou milhares de ONG, universidades e meios de comunicação, expulsou ordens religiosas e retirou a nacionalidade a centenas de opositores, deixando-os apátridas. Uma reforma constitucional aprovada no início de 2025 transformou Murillo em

«copresidente» e concentrou todos os poderes do Estado na presidência.

Cuba: o regime mais antigo das Américas em crise

O regime fundado por Fidel Castro em 1959 é hoje dirigido por Miguel Díaz-Canel, embora Raúl Castro continue a ser considerado uma figura central do poder. Os protestos de 11 de julho de 2021, os maiores desde a revolução, levaram a centenas de condenações, algumas superiores a 20 anos de prisão.

Em 2026, Cuba atravessa a pior crise desde o «período especial» que se seguiu ao colapso da URSS. A captura de Maduro cortou o fornecimento de petróleo venezuelano, e em janeiro de 2026 a administração Trump declarou o governo cubano uma ameaça à segurança nacional e criou um mecanismo de tarifas contra países que forneçam petróleo à ilha. Em 16 de março, a rede elétrica cubana colapsou por completo, deixando cerca de 11 milhões de pessoas sem eletricidade. Em junho, o regime aprovou reformas económicas que pouco antes seriam impensáveis.

O caso cubano mostra os dilemas da pressão externa sobre ditaduras: as sanções e o bloqueio podem enfraquecer o regime, mas também infligem sofrimento à população e dão ao governo um inimigo externo a quem atribuir todas as culpas — um argumento que Havana usa há mais de seis décadas.

Capítulo 9

Golpes e regimes militares: Sahel, Myanmar e Médio Oriente

Durante algum tempo, pareceu que o golpe de Estado clássico — tanques nas ruas, comunicado na televisão, coronel no palácio — estava em vias de extinção. Entre 2000 e 2020, o número de golpes bem-sucedidos em África caiu para mínimos históricos, e a União Africana adotou uma política de suspensão automática dos países governados por golpistas. A década de 2020 inverteu esta tendência. A Freedom House identificou os golpes militares como um dos motores do declínio global da liberdade em 2025.

A cintura dos golpes em África

Entre 2020 e 2023, uma sucessão de golpes atravessou a África Ocidental e Central: Mali (2020 e 2021), Chade (2021), Guiné-Conacri (2021), Sudão (2021), Burkina Faso (dois em 2022), Níger (2023) e Gabão (2023). A Guiné-Bissau, país de língua portuguesa com uma longa história de instabilidade militar, viveu também tentativas de golpe e crises recorrentes.

O epicentro foi o Sahel central. No Mali, o coronel Assimi Goïta derrubou o presidente eleito em 2020 e consolidou o poder com um segundo golpe em 2021. No Burkina Faso, o capitão Ibrahim Traoré, com apenas 34 anos, tomou o poder em setembro de 2022. No Níger, a guarda presidencial deteve em julho de 2023 o presidente Mohamed Bazoum, que continua preso.

Os três regimes justificaram os golpes com a incapacidade dos governos civis de travar os grupos jihadistas ligados à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico. Seguiram depois um percurso comum:

1. **Expulsão das forças francesas.** A França saiu do Mali em agosto de 2022, do Burkina Faso em fevereiro de 2023 e do Níger em dezembro de 2023. A missão de paz da ONU no Mali, a MINUSMA, encerrou no final de 2023.
2. **Chegada da Rússia.** Os mercenários do grupo Wagner, mais tarde reorganizados sob controlo direto do Estado russo como «Africa Corps», passaram a proteger as juntas, em troca de acesso a minas de ouro e outros recursos.
3. **Rutura regional.** Os três países criaram a Aliança dos Estados do Sahel em 2023 e saíram formalmente da CEDEAO, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, em janeiro de 2025. Anunciaram também a saída do Tribunal Penal Internacional.
4. **Adiamento indefinido das eleições** e repressão de jornalistas, partidos e críticos, incluindo o recrutamento forçado de opositores para as frentes de combate.

O resultado, medido pelo próprio critério que as juntas invocaram, foi um fracasso. Segundo o Centro de Estudos Estratégicos de África, cerca de 9800 mortes ligadas a grupos islâmicos militantes foram registadas no Sahel no último ano, o equivalente a 41% de todas as mortes deste tipo em África. Algumas análises estimam que cada um dos três Estados não controla mais de metade do seu território. Em julho de 2026, o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Serguei Lavrov, reuniu-se com os três homólogos em Niamey e prometeu mais armas.

Para a Europa, o Sahel é relevante por três razões: a expansão do jihadismo em direção aos países costeiros do Golfo da Guiné, as rotas migratórias para o Mediterrâneo e a presença militar russa no flanco sul da NATO.

A propaganda anti-ocidental em África

O sucesso das juntas do Sahel não se explica apenas pela força. Muitos jovens africanos apoiaram os golpes, frustrados com governos civis corruptos e com a presença militar francesa, vista como neocolonial. Redes de desinformação ligadas à Rússia amplificaram esse sentimento, apresentando Traoré, em particular, como um herói pan-africanista, com vídeos virais, alguns gerados por inteligência artificial.

É importante reconhecer que o ressentimento contra a antiga potência colonial tem raízes reais, e que a intervenção ocidental na Líbia em 2011, ao provocar o colapso do Estado líbio, contribuiu para a disseminação de armas e combatentes pelo Sahel. A propaganda russa funciona precisamente porque explora queixas legítimas.

Myanmar: a guerra civil esquecida

Em 1 de fevereiro de 2021, o exército birmanês — o Tatmadaw — derrubou o governo eleito da Liga Nacional para a Democracia e prendeu a Prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, alegando fraude nas eleições de 2020, que o partido de Suu Kyi tinha ganho por larga margem. A resistência pacífica foi esmagada com fogo real, e o país mergulhou numa guerra civil entre a junta, milícias pró-democracia e exércitos de minorias étnicas.

A junta, liderada pelo general Min Aung Hlaing, perdeu o controlo de grande parte do território e recorreu a bombardeamentos aéreos sistemáticos sobre aldeias, escolas e hospitais. Sobreviveu graças ao fornecimento de armas e aviões pela Rússia e pela China e ao apoio diplomático de Pequim, que tem interesses económicos importantes no país. Entre o final de 2025 e o início de 2026, a junta organizou eleições por fases, apenas nas zonas que controlava e sem a participação dos principais partidos da oposição, amplamente denunciadas como uma tentativa de legitimar o regime militar.

O Médio Oriente: entre a Primavera Árabe e o regresso do autoritarismo

Em 2011, a Primavera Árabe derrubou ditadores na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iémen, e desencadeou a guerra civil na Síria. Uma década depois, o balanço era sombrio: apenas a Tunísia tinha construído uma democracia, e mesmo essa foi desmantelada a partir de 2021 pelo presidente Kais Saied, que suspendeu o parlamento e governa por decreto.

No Egito, o general Abdel Fattah al-Sisi derrubou em 2013 o presidente eleito Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana, e construiu um regime mais repressivo do que o de Hosni Mubarak, com dezenas de milhares de presos políticos. Mesmo assim, é um parceiro próximo da União Europeia em matéria de migrações e energia.

Na Síria, o regime de Bashar al-Assad, salvo pela Rússia e pelo Irão a partir de 2015, caiu de forma súbita em dezembro de 2024, perante uma ofensiva rebelde liderada pelo grupo islâmico Hayat Tahrir al-Sham. Assad fugiu para Moscovo. A queda revelou a escala do horror: prisões como Saydnaya, onde dezenas de milhares de pessoas foram torturadas e executadas. A queda de Assad foi também uma derrota estratégica para Moscovo e Teerão, que mostraram não poder salvar o seu aliado.

As monarquias do Golfo — Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Bahrein, Omã, Kuwait — são autocracias que não se encaixam facilmente no esquema «ditaduras contra democracias». São aliadas militares dos Estados Unidos, grandes investidoras na Europa e mediadoras em conflitos, como nas conversações entre a Rússia e a Ucrânia em Abu Dhabi. Ao mesmo tempo, o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi no consulado saudita de Istambul em 2018, que os serviços de informações norte-americanos atribuíram a uma operação aprovada pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, mostra que também estes regimes praticam a repressão transnacional.

O Afeganistão dos talibãs

Em agosto de 2021, após a retirada das tropas norte-americanas e da NATO, os talibãs reconquistaram Cabul vinte anos depois de terem sido derrubados. O emirado islâmico que instalaram é uma autocracia teocrática fechada e o único país do mundo que proíbe as raparigas de estudar para além do ensino primário. As mulheres foram excluídas da maioria dos empregos, dos parques, dos ginásios e até de falar em público. As Nações Unidas descreveram este sistema como um «apartheid de género».

A queda de Cabul foi também um golpe na credibilidade ocidental. Para Moscovo e Pequim, a retirada caótica confirmou a narrativa de um Ocidente em declínio, incapaz de cumprir compromissos de longo prazo. Muitos analistas consideram que esta perceção contribuiu para a decisão de Putin de invadir a Ucrânia seis meses depois.

Uma tipologia dos regimes autoritários atuais

Tipo	Exemplos	Fonte principal de poder	Relação com o Ocidente
Partido único	China, Vietname, Cuba, Laos	Partido comunista e aparelho de segurança	Rival sistémico (China); parceiro económico (Vietname)
Personalista eleitoral	Rússia, Bielorrússia, Nicarágua, Turquemenistão	O líder e os serviços de segurança	Adversário aberto (Rússia, Bielorrússia)
Teocrático	Irão, Afeganistão	Clérigos e milícias religiosas	Adversário
Militar	Mali, Burkina Faso, Níger, Myanmar, Sudão	Forças armadas	Rutura, aproximação à Rússia
Monarquia absoluta	Arábia Saudita, Emirados, Catar	Família real e renda petrolífera	Parceiro estratégico
Dinástico totalitário	Coreia do Norte	Família Kim e partido	Adversário

Esta diversidade é importante para a Parte III. Não existe um «bloco autoritário» homogéneo, e algumas autocracias são aliadas das democracias. O que ameaça as democracias ocidentais não é a autocracia em abstrato, mas um conjunto específico de regimes — sobretudo a Rússia, a China, o Irão e a Coreia do Norte — que combinam vontade revisionista com capacidade de ação.

Parte III

Como ameaçam as democracias ocidentais

Capítulo 10

A guerra da informação

A arma mais barata e mais eficaz que as ditaduras usam contra as democracias é a informação. Uma sociedade aberta, por definição, permite que qualquer pessoa fale, publique e participe no debate público. Os regimes autoritários exploram essa abertura de forma assimétrica: protegem o seu próprio espaço informativo com censura e firewalls, enquanto inundam o espaço democrático com propaganda, mentiras e divisão.

Das «medidas ativas» soviéticas às redes sociais

A desinformação não é nova. O KGB soviético tinha um departamento inteiro dedicado às «medidas ativas» (*aktivnye meropriyatiya*). O caso mais célebre foi a Operação INFEKTION, nos anos 1980, que espalhou pelo mundo a mentira de que o vírus da sida tinha sido criado pelo exército norte-americano. A história começou num pequeno jornal indiano controlado pelo KGB e acabou reproduzida em dezenas de países.

O que mudou no século XXI foi a escala, a velocidade e o custo. As redes sociais permitem atingir milhões de pessoas por quase nada, segmentar mensagens por idade, região e interesses, e esconder a origem através de contas falsas e intermediários. A inteligência artificial generativa, desde 2023, permite produzir textos, imagens, vídeos e vozes falsos em quantidades ilimitadas.

A «mangueira de incêndio de falsidades»

Um estudo da RAND Corporation de 2016 descreveu o modelo russo de propaganda como uma «mangueira de incêndio de falsidades» (*firehose of falsehood*), com quatro características: grande volume e múltiplos canais; rapidez, continuidade e repetição; ausência de compromisso com a realidade objetiva; e ausência de compromisso com a coerência.

O objetivo principal não é convencer as pessoas de uma verdade alternativa, mas sim convencê-las de que não há verdade nenhuma. Quando o voo MH17 foi abatido, os media russos apresentaram em poucos dias mais de uma dúzia de versões contraditórias. A mensagem implícita era: «todos mentem, ninguém sabe o que aconteceu». O cinismo generalizado é o terreno ideal para os autocratas, porque destrói a confiança nas instituições democráticas sem exigir que se acredite no Kremlin.

Os casos mais significativos

Ano	País	Operação	Atribuição
2016	EUA	Interferência nas presidenciais: Internet Research Agency, pirataria dos e-mails do Partido Democrata	Rússia (GRU, IRA), segundo o Comité de Informações do Senado
2016	Reino Unido	Atividade em redes sociais em torno do referendo do Brexit	Relatório Russia do Parlamento britânico criticou a falta de investigação
2017	França	«Macron Leaks»: divulgação de e-mails pirateados na véspera das presidenciais	Associada ao GRU
2022-2024	UE	Rede «Doppelgänger»: clones falsos de jornais como Le Monde, Der Spiegel e The Guardian	Empresas ligadas ao Kremlin, sancionadas pela UE
2024	Roménia	Campanha no TikTok a favor do candidato Călin Georgescu; primeira volta das presidenciais anulada pelo Tribunal Constitucional	Serviços de informações romenos apontaram para um ator estatal
2024-2025	Moldávia	Compra de votos em larga escala através de redes ligadas ao oligarca fugitivo Ilan Shor	Rússia, segundo as autoridades moldavas
2024	Taiwan	Vídeos falsos gerados por IA durante as eleições presidenciais	China, segundo as autoridades taiwanesas

O caso romeno é particularmente instrutivo. Em novembro de 2024, um candidato quase desconhecido, Călin Georgescu, com posições pró-russas e de extrema-direita, venceu a primeira volta das presidenciais com cerca de 23% dos votos, impulsionado por uma campanha massiva e coordenada no TikTok. Em dezembro, o Tribunal Constitucional anulou a eleição com base em relatórios

dos serviços de informações. Foi a primeira vez que uma democracia da UE anulou uma eleição por interferência estrangeira. A decisão foi aplaudida por uns como uma defesa da democracia e criticada por outros como um precedente perigoso, em que instituições não eleitas anulam o voto popular.

A China: do «soft power» à guerra cognitiva

Durante muito tempo, a China preferiu promover uma imagem positiva de si mesma — através dos Institutos Confúcio, da televisão CGTN e de acordos de partilha de conteúdos com meios locais — em vez de atacar diretamente as democracias. Desde cerca de 2019, adotou táticas mais agressivas. A rede de contas falsas conhecida como «Spamouflage», identificada pela Meta, pela Google e por vários investigadores, é considerada a maior operação de influência encoberta alguma vez detetada nas redes sociais.

Os militares chineses falam abertamente de «guerra cognitiva», ou seja, operações destinadas a moldar a forma como as populações adversárias pensam. Taiwan é o principal laboratório: segundo depoimentos perante o Congresso norte-americano em fevereiro de 2026, há o risco crescente de que Pequim tente uma interferência generalizada nas eleições taiwanesas de 2026 e 2028.

Um instrumento particular é o TikTok, cuja empresa-mãe, a ByteDance, está sediada na China e sujeita às leis chinesas de informações, que obrigam as empresas a colaborar com os serviços de segurança. Este risco levou o Congresso norte-americano a aprovar em 2024 uma lei que obrigava à venda das operações norte-americanas da aplicação.

Os «idiotas úteis» e os amplificadores domésticos

A desinformação estrangeira raramente cria divisões do nada. O seu método é encontrar fissuras já existentes — a imigração, as questões raciais, a vacinação, as guerras culturais, a desconfiança nas elites — e alargá-las. Em 2016, a Internet Research Agency de São Petersburgo geria simultaneamente páginas do Facebook a favor do movimento Black Lives Matter e páginas contra ele, e chegou a organizar manifestações rivais no mesmo dia e local no Texas.

O elemento mais eficaz destas campanhas são os amplificadores autênticos: políticos, comentadores e influenciadores domésticos que repetem as narrativas, por convicção, oportunismo ou, em alguns casos, a troco de dinheiro. Em 2024, o Departamento de Justiça norte-americano acusou funcionários do RT de terem canalizado cerca de 10 milhões de dólares para uma empresa de media no Tennessee que pagava a influenciadores conservadores conhecidos, alguns dos quais afirmaram desconhecer a origem do dinheiro. Na Europa, investigações na República Checa e na Bélgica em 2024 revelaram que o portal Voice of Europe pagava a eurodeputados para difundirem mensagens pró-russas.

Uma cautela necessária

A guerra da informação tem também um efeito perverso: a tentação de atribuir à influência estrangeira tudo o que corre mal nas democracias. Vários estudos académicos sobre a campanha russa de 2016 concluem que o seu efeito direto sobre o comportamento eleitoral foi provavelmente pequeno, porque atingiu sobretudo pessoas que já tinham opiniões firmes. O Brexit, a eleição de Trump ou a ascensão dos partidos populistas têm causas internas profundas: desigualdade, desindustrialização, imigração, crise de representação.

Existe também o risco de as democracias responderem à desinformação com medidas que limitam a liberdade de expressão, rotulando como «desinformação estrangeira» opiniões domésticas legítimas, ainda que impopulares. Este debate é hoje intenso nos Estados Unidos e na Europa, em torno do Regulamento dos Serviços Digitais da UE, que uns veem como uma proteção indispensável e outros como uma porta aberta à censura. O desafio é combater as operações encobertas de Estados estrangeiros sem transformar o Estado democrático num árbitro da verdade.

Capítulo 11

Cleptocracia e corrupção exportada

Os ditadores do século XXI não guardam as fortunas que roubam debaixo do colchão. Guardam-nas em Londres, Nova Iorque, Genebra, Dubai, Chipre e, por vezes, Lisboa. Esta é talvez a forma mais insidiosa de ameaça às democracias: não vem de fora, como um míssil, mas entra pela porta da frente, como um investidor bem-vindo.

O que é a cleptocracia

A palavra vem do grego *kleptes* (ladrão) e *kratos* (poder): governo de ladrões. Num regime cleptocrático, o objetivo principal do poder político é o enriquecimento pessoal das elites. A Rússia de Putin, a Angola de José Eduardo dos Santos, a Guiné Equatorial de Teodoro Obiang ou o Turquemenistão são exemplos.

O paradoxo é que a cleptocracia depende das democracias. Um oligarca russo não confia nos tribunais russos para proteger a sua propriedade, porque sabe que o Kremlin pode tirá-la a qualquer momento, como aconteceu a Khodorkovsky. Por isso, coloca o dinheiro em países com Estado de direito, propriedade protegida e tribunais independentes. O jornalista Oliver Bullough chamou a esta rede de serviços financeiros ocidentais «Moneyland».

Os facilitadores

A cleptocracia transnacional precisa de profissionais: advogados, contabilistas, banqueiros, agentes imobiliários, consultores de relações públicas e lobistas, quase todos a operar dentro da lei nas democracias ocidentais. As fugas de informação dos últimos anos mostraram a escala do fenómeno:

Investigação	Ano	O que revelou
Panama Papers	2016	11,5 milhões de documentos do escritório Mossack Fonseca; sociedades offshore de chefes de Estado e oligarcas, incluindo o círculo de Putin
Paradise Papers	2017	Estruturas fiscais de multinacionais e elites políticas
Luanda Leaks	2020	Como Isabel dos Santos construiu uma fortuna com a ajuda de bancos, consultoras e advogados, incluindo em Portugal
FinCEN Files	2020	Bancos ocidentais processaram 2 biliões de dólares em transações suspeitas
Pandora Papers	2021	Património oculto de 35 chefes de Estado e de governo

O caso Luanda Leaks tem especial relevância para Portugal. A investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação mostrou como a filha do antigo presidente angolano usou empresas e instituições portuguesas para movimentar fundos e adquirir participações em empresas como a Galp, a NOS e o EuroBic. O caso levou a investigações judiciais em Portugal e em Angola e a um debate sobre o papel do sistema financeiro português na lavagem de capitais de elites angolanas.

Os vistos gold e a venda da cidadania

Um dos instrumentos mais criticados foram os programas de autorização de residência e cidadania por investimento. Portugal criou os chamados «vistos gold» em 2012, no contexto da crise financeira, para atrair investimento estrangeiro, sobretudo imobiliário. Os principais beneficiários foram cidadãos chineses, brasileiros, turcos, sul-africanos e russos. O programa trouxe milhares de milhões de euros de investimento, mas foi associado a riscos de lavagem de dinheiro, a pressões sobre o mercado imobiliário e a casos de corrupção, como a Operação Labirinto de 2014. A vertente imobiliária foi eliminada em 2023.

Malta e Chipre foram mais longe e venderam passaportes europeus. Uma investigação da Al Jazeera em 2020 — os «Cyprus Papers» — mostrou funcionários cipriotas dispostos a vender cidadania a um alegado criminoso condenado. Em 2025, o Tribunal de Justiça da União Europeia declarou ilegal o programa maltês de passaportes por investimento.

«Londongrad»

Nenhuma capital ocidental ficou tão associada ao dinheiro russo como Londres. Durante duas décadas, oligarcas compraram mansões em Belgravia e Kensington, clubes de futebol como o Chelsea, jornais e participações em empresas cotadas. Doaram também ao Partido Conservador. O relatório Russia do Comité de Informações e Segurança do Parlamento britânico, publicado em 2020, concluiu que a influência russa no Reino Unido se tinha tornado «o novo normal» e criticou os governos por não terem investigado a interferência.

Só após a invasão da Ucrânia em 2022 o Reino Unido e a UE congelaram ativos de centenas de oligarcas. Mesmo assim, a eficácia das sanções tem sido limitada pela complexidade das estruturas societárias, pela transferência de ativos para familiares e pelo uso de jurisdições como o Dubai.

A corrupção como arma política

Para os regimes autoritários, a corrupção não é apenas uma forma de enriquecer: é também uma ferramenta estratégica. O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), de Washington, descreveu este fenómeno como «corrupção estratégica» ou «captura do Estado»: o uso de dinheiro para comprar influência sobre políticos, partidos e decisões de outros países.

Alguns casos ilustram o método:

- **Gerhard Schröder**: o antigo chanceler alemão, que aprovou o primeiro gasoduto Nord Stream no fim do seu mandato, tornou-se pouco depois presidente do consórcio do projeto e,

mais tarde, presidente do conselho da Rosneft. Manteve-se próximo de Putin mesmo após a invasão.

- **Os empréstimos à Frente Nacional**: em 2014, o partido de Marine Le Pen recebeu um empréstimo de 9 milhões de euros de um banco russo ligado ao Kremlin, depois de os bancos franceses lhe terem recusado crédito.
- **O escândalo de Ibiza**: em 2019, um vídeo mostrou o líder da extrema-direita austríaca, Heinz-Christian Strache, a oferecer contratos públicos a uma suposta sobrinha de um oligarca russo em troca de apoio mediático. O governo austríaco caiu.
- **O Qatargate**: em dezembro de 2022, a polícia belga encontrou malas com dinheiro em casa de eurodeputados e assessores, suspeitos de receber pagamentos do Catar e de Marrocos para influenciar as posições do Parlamento Europeu. O caso mostra que a corrupção estrangeira não vem apenas de adversários declarados.

O efeito sobre as democracias

A cleptocracia transnacional corrói as democracias de três formas. Primeiro, financia campanhas de influência e partidos políticos sem transparência. Segundo, cria redes de interesse — advogados, banqueiros, ex-políticos — que fazem lobby contra sanções e a favor de relações mais amigáveis com os regimes. Terceiro, mina a credibilidade moral do Ocidente: quando as democracias acolhem o dinheiro roubado pelos ditadores, é difícil defenderem o Estado de direito perante os povos desses países.

Como observa Anne Applebaum, a rede da «Autocracia, S.A.» só é possível porque o sistema financeiro global permite que o dinheiro atravesse fronteiras de forma anónima. Fechar essas portas — com registos públicos de beneficiários efetivos, controlo dos facilitadores e cooperação judicial — é uma das medidas de defesa mais eficazes e menos dispendiosas ao alcance das democracias. Paradoxalmente, é também uma das que enfrenta mais resistência dentro dos próprios países ocidentais, onde os interesses económicos envolvidos são enormes.

Capítulo 12

Repressão transnacional, ciberataques e sabotagem

Se a desinformação e a corrupção são armas silenciosas, a repressão transnacional e a sabotagem são armas que deixam marcas físicas: corpos, incêndios, cabos cortados, aeroportos encerrados. Desde 2022, estas ações multiplicaram-se em solo europeu de forma que seria impensável uma década antes. Vários governos europeus já não falam de «ameaças híbridas», mas de uma guerra não declarada.

A repressão transnacional

A Freedom House define repressão transnacional como a ação de governos para silenciar, intimidar ou eliminar dissidentes e membros da diáspora fora das suas fronteiras. Os métodos vão do assassinato à ameaça contra familiares que ficaram no país, passando por raptos, detenções através de pedidos abusivos à Interpol, vigilância digital e campanhas de difamação.

Segundo a Freedom House, a China é de longe o maior praticante mundial, seguida da Turquia, do Tajiquistão, da Rússia, do Egito e do Irão. Alguns casos tornaram-se emblemáticos:

- **Assassinatos russos no Ocidente.** Alexander Litvinenko, antigo agente do FSB, foi envenenado com polónio-210 em Londres em 2006; um inquérito público britânico concluiu que a operação foi «provavelmente aprovada» por Putin. Em 2019, um checheno georgiano foi morto a tiro num parque de Berlim por um agente do FSB, que um tribunal alemão condenou a prisão perpétua. Em 2024, o piloto russo Maxim Kuzminov, que tinha desertado para a Ucrânia com um helicóptero, foi encontrado morto a tiro em Espanha.

- **As «esquadras de polícia» chinesas.** Em 2022, a ONG Safeguard Defenders revelou a existência de mais de cem «estações de serviço» ligadas às polícias de províncias chinesas em dezenas de países, incluindo vários europeus. Oficialmente prestavam serviços administrativos; segundo a ONG, eram usadas para pressionar cidadãos chineses a regressar. Vários governos, incluindo o neerlandês, o irlandês e o canadiano, mandaram encerrá-las.
- **Recompensas por ativistas de Hong Kong.** Desde 2023, as autoridades de Hong Kong oferecem recompensas de um milhão de dólares de Hong Kong pela captura de ativistas pró-democracia exilados no Reino Unido, nos EUA, no Canadá e na Austrália.
- **Planos iranianos na Europa.** Em 2018, um diplomata iraniano em Viena foi detido por organizar um atentado bombista contra um comício da oposição iraniana em Villepinte, perto de Paris; foi condenado a 20 anos de prisão na Bélgica, antes de ser libertado numa troca de prisioneiros. Os serviços britânicos denunciaram dezenas de planos iranianos para raptar ou matar pessoas no Reino Unido, muitas delas jornalistas da Iran International e da BBC Persa.
- **Khashoggi.** O assassinato do jornalista saudita em Istambul, em 2018, mostrou que também regimes aliados do Ocidente praticam este tipo de repressão.

A repressão transnacional ameaça diretamente a soberania das democracias. Quando um Estado estrangeiro consegue matar, intimidar ou vigiar pessoas em Lisboa, Berlim ou Londres, a promessa de que a democracia protege todos os que vivem no seu território fica posta em causa.

Os ciberataques

O ciberespaço é o terreno ideal para a guerra abaixo do limiar do conflito armado: os ataques são baratos, difíceis de atribuir com certeza absoluta e raramente provocam respostas militares. Os principais atores estatais são a Rússia, a China, o Irão e a Coreia do Norte, cada um com um perfil diferente:

País	Perfil	Casos conhecidos
Rússia	Sabotagem, disrupção e operações de influência	NotPetya (2017), o ciberataque mais destrutivo da história, com danos estimados em 10 mil milhões de dólares; ataques à rede elétrica ucraniana (2015 e 2016); intrusão no software SolarWinds (2020)
China	Espionagem em massa e pré-posicionamento em infraestruturas	Roubo de dados de 21 milhões de funcionários federais dos EUA (2015); «Volt Typhoon» nas redes de água, energia e transportes norte-americanas; «Salt Typhoon» nas operadoras de telecomunicações (2024)
Irão	Retaliação, intimidação, ataques a infraestruturas	Ataques a sistemas de água; pirataria de campanhas eleitorais nos EUA (2024); acusações francesas de ciberataques em 2026
Coreia do Norte	Roubo para financiar o regime	Ataque à Sony Pictures (2014); WannaCry (2017); roubo de cerca de 1,5 mil milhões de dólares em criptomoedas à plataforma Bybit (2025)

O caso chinês é o que mais preocupa os especialistas. Segundo as agências de cibersegurança norte-americanas, o objetivo da operação «Volt Typhoon» não é roubar informações, mas instalar acessos encobertos em infraestruturas críticas, que poderiam ser ativados para provocar cortes de água, eletricidade ou comunicações em caso de conflito sobre Taiwan.

A sabotagem física: a guerra das sombras na Europa

Desde 2022, e sobretudo desde 2024, a Europa tem sido alvo de uma campanha crescente de sabotagem física atribuída pelos governos europeus aos serviços russos. Um estudo de um centro de investigação neerlandês registou 151 operações híbridas ligadas à Rússia na Europa entre o início da invasão em grande escala e março de 2026. O projeto OSINT Malcontent News contou 497 atos de guerra híbrida no mesmo período, com critérios mais amplos.

Os incidentes incluem:

- **Incêndios e explosivos.** Incêndios em armazéns em Londres e Varsóvia, em centros comerciais na Polónia e em fábricas de armamento; em 2024, pacotes incendiários enviados por correio aéreo através da DHL incendiaram-se em centros logísticos na Alemanha e no Reino Unido.
- **Cabos submarinos.** Vários cabos de energia e telecomunicações no mar Báltico foram danificados por navios que arrastaram âncoras, incluindo o petroleiro Eagle S, ligado à «frota fantasma» russa, em dezembro de 2024. Em 2022, os gasodutos Nord Stream foram destruídos por explosões cuja autoria continua a ser objeto de investigação e de controvérsia.
- **Drones.** Desde 2025, drones de origem desconhecida têm sobrevoado aeroportos, bases militares, portos e centrais elétricas, obrigando a encerrar aeroportos na Dinamarca, na Noruega, na Bélgica e na Alemanha. Em setembro de 2025, cerca de vinte drones russos entraram no espaço aéreo polaco, e alguns foram abatidos por caças da NATO — a primeira vez que a Aliança disparou contra meios russos sobre o seu território.
- **O caso de Leipzig.** Em 4 de agosto de 2026, um drone carregado de explosivos atingiu a asa de um avião de carga Antonov An-124 no aeroporto de Leipzig, perto do depósito de combustível. Em setembro, o governo alemão atribuiu publicamente o plano de sabotagem à Rússia. O chanceler Friedrich Merz prometeu que os responsáveis «pagarão o preço».

- **Interferência no GPS.** O bloqueio de sinais de navegação por satélite na região do Báltico afeta diariamente milhares de voos civis.

A escala é significativa. Só na Alemanha, a polícia identificou 165 casos suspeitos de sabotagem e 747 incidentes suspeitos com drones nos primeiros oito meses de 2026. A UE e o Reino Unido acusam os serviços russos de recrutarem «sabotadores descartáveis» — muitas vezes jovens, migrantes ou pequenos criminosos — através do Telegram, por pequenas quantias, o que torna difícil provar a ligação ao Estado.

O que procura Moscovo

Segundo a alta representante da UE para a política externa, Kaja Kallas, o objetivo da Rússia é assustar a Europa para que reduza o apoio à Ucrânia. Os analistas apontam três objetivos complementares: perturbar a produção e o transporte de armas para a Ucrânia; mostrar aos cidadãos europeus que os seus governos são incapazes de os proteger; e testar os limites da NATO, sem nunca ultrapassar o ponto que levaria à invocação do artigo 5.º.

A Rússia nega todas as acusações. A dificuldade de atribuição é real: nem todos os incêndios ou avarias são sabotagem, e há o risco de criar um clima de suspeição generalizada. Mas a acumulação de condenações judiciais em vários países europeus — no Reino Unido, na Polónia, na Alemanha, na Lituânia — já demonstrou a ligação aos serviços russos em muitos casos concretos.

Capítulo 13

Energia, comércio e tecnologia como armas

Durante trinta anos, as democracias ocidentais acreditaram que a interdependência económica era uma garantia de paz. Se a Europa comprasse gás russo e a Rússia precisasse do dinheiro europeu, nenhum dos lados teria interesse num conflito. Se o mundo dependesse das fábricas chinesas e a China dependesse dos mercados ocidentais, a cooperação seria inevitável. A década de 2020 desfez esta ilusão. Os cientistas políticos Henry Farrell e Abraham Newman chamam ao fenómeno «interdependência armada»: quem controla os nós críticos de uma rede económica pode usá-los como arma.

O gás russo: a lição de 2022

Antes da invasão da Ucrânia, a Rússia fornecia cerca de 40% do gás natural consumido na União Europeia. A Alemanha dependia ainda mais, e tinha apostado no gasoduto Nord Stream 2 contra os avisos dos Estados Unidos, da Polónia e dos países bálticos. Durante 2022, Moscovo reduziu progressivamente os fornecimentos, alegando problemas técnicos, e os preços da energia na Europa atingiram máximos históricos. A inflação disparou e várias indústrias alemãs intensivas em energia reduziram a produção.

A chantagem energética falhou no seu objetivo principal: a Europa não abandonou a Ucrânia. Os países europeus encheram as reservas, construíram terminais de gás natural liquefeito em tempo recorde e aceleraram as energias renováveis. O plano REPowerEU estabeleceu como meta o fim total das importações de gás russo. Mas o custo foi enorme, e a lição ficou: a dependência

energética de um regime autoritário é uma vulnerabilidade estratégica.

Portugal e Espanha, com a sua «ilha energética» ibérica, pouco dependente do gás russo por gasoduto e com grande capacidade de regaseificação, ficaram relativamente protegidos. O terminal de Sines tornou-se uma porta de entrada estratégica para o gás liquefeito norte-americano.

Ormuz em 2026: o choque petrolífero

A guerra contra o Irão iniciada em fevereiro de 2026 mostrou outra dimensão da vulnerabilidade energética. Antes da guerra, cerca de um quinto do petróleo e do gás comercializados no mundo passava pelo Estreito de Ormuz. O Irão fechou-o de forma intermitente atacando e ameaçando navios, e esta tática revelou-se a sua maior vantagem estratégica. Os Estados Unidos responderam com um bloqueio naval aos portos iranianos. O resultado foi um choque nos preços da energia que se fez sentir nas bombas de gasolina de todo o mundo, incluindo em Portugal.

As terras raras e os minerais críticos

Se a Rússia usou a energia, a China usa sobretudo os minerais. As terras raras são um grupo de 17 elementos essenciais para ímãs de motores elétricos, turbinas eólicas, telemóveis, mísseis e aviões de combate. A China controla cerca de 70% da extração mundial e perto de 90% da refinação. Domina também o processamento de lítio, cobalto, grafite, gálio e germânio.

Pequim tem usado este controlo de forma crescente. Em 2010, suspendeu as exportações de terras raras para o Japão durante uma disputa territorial. Em 2023, restringiu as exportações de gálio e germânio. Em outubro de 2025, anunciou um regime de controlo de exportações de terras raras de alcance extraterritorial, que exigiria licenças até para produtos fabricados fora da China com quantidades mínimas de materiais chineses. O regime foi suspenso por um ano no quadro do acordo comercial de Busan entre Trump e Xi, mas a mensagem ficou clara.

Portugal tem aqui um papel potencial: possui algumas das maiores reservas de lítio da Europa, em Trás-os-Montes e no Barroso. Os projetos de extração geram um debate difícil entre a autonomia estratégica europeia e a proteção ambiental e das comunidades locais.

A coerção comercial

A China tem usado repetidamente o acesso ao seu mercado como instrumento de punição política:

Ano	País-alvo	Motivo	Medida chinesa
2010	Noruega	Nobel da Paz ao dissidente Liu Xiaobo	Restrições à importação de salmão norueguês durante seis anos
2017	Coreia do Sul	Instalação do sistema antimíssil THAAD	Boicote ao grupo Lotte, ao turismo e à cultura pop coreana
2020	Austrália	Pedido de investigação independente à origem da covid-19	Tarifas e proibições sobre vinho, cevada, carvão e lagosta
2021	Lituânia	Abertura de um «Escritório de Representação de Taiwan» em Vilnius	Bloqueio aduaneiro aos produtos lituanos e a componentes lituanos em produtos de outros países da UE
2025	Países Baixos	Intervenção do governo neerlandês no fabricante de chips Nexperia, de capital chinês	Proibição de exportação de chips da Nexperia da China, com perturbações na indústria automóvel europeia

O caso lituano levou a UE a aprovar em 2023 o Instrumento Anticoerção, que permite responder coletivamente a pressões económicas de países terceiros sobre um Estado-membro. O caso Nexperia mostrou que, mesmo assim, uma única empresa pode tornar-se um ponto de estrangulamento para toda uma indústria.

A sobrecapacidade industrial

Uma forma mais subtil de pressão é a política industrial chinesa. Com subsídios estatais massivos, a China construiu capacidade de produção de painéis solares, baterias, veículos elétricos e aço muito superior à procura interna, e exporta o excedente a preços que as empresas europeias não conseguem igualar. A indústria solar europeia foi praticamente destruída na década de 2010. Em 2024, a UE impôs tarifas sobre os veículos elétricos chineses, depois de uma investigação ter concluído que beneficiavam de subsídios injustos.

O dilema é real: os produtos chineses baratos aceleram a transição energética e beneficiam os consumidores, mas criam dependências estratégicas e destroem indústrias que podem ser necessárias em caso de crise.

A tecnologia: 5G, chips e inteligência artificial

A competição tecnológica é o terreno onde a rivalidade entre democracias e autocracias será provavelmente decidida no longo prazo. Três frentes destacam-se:

- **As redes de telecomunicações.** A partir de 2019, os EUA e vários países europeus restringiram a participação da Huawei e da ZTE nas redes 5G, alegando o risco de espionagem ou sabotagem por ordem de Pequim. Em Portugal, a Comissão de Avaliação de Segurança decidiu em 2023 excluir fornecedores de «alto risco», em linha com as orientações europeias.
- **Os semicondutores.** Os chips mais avançados do mundo são fabricados em Taiwan, pela TSMC, com máquinas que só a empresa neerlandesa ASML sabe produzir. Os EUA impuseram desde 2022 controlos de exportação para impedir a China de aceder a chips e equipamentos de ponta. A concentração da produção em Taiwan torna a ilha um ponto crítico para a economia mundial.
- **A inteligência artificial.** A China é a única potência capaz de competir com os EUA nesta área, como mostrou o lançamento do modelo DeepSeek em janeiro de 2025. A IA tem aplicações

militares, de vigilância e de desinformação, e quem dominar esta tecnologia terá vantagens decisivas.

A exportação da vigilância

A China não só usa a tecnologia para controlar a sua população, como a exporta. Empresas como a Huawei, a Hikvision e a Dahua venderam sistemas de «cidades seguras», com câmaras e reconhecimento facial, a dezenas de países, muitos deles autoritários. Investigadores documentaram como estas tecnologias foram usadas para vigiar opositores em países como o Uganda ou o Zimbabué. A Rússia, por seu lado, exporta o seu modelo de controlo da internet, o SORM, para países da Ásia Central.

Esta exportação tecnológica é talvez a forma mais duradoura de influência autoritária: cria infraestruturas que tornam a repressão mais eficiente e mais barata em todo o mundo, e normaliza a ideia de que o Estado tem o direito de saber tudo sobre os seus cidadãos.

Capítulo 14

Coerção militar: Ucrânia, Taiwan e o eixo autoritário

A forma mais extrema de ameaça é a guerra. Durante três décadas, a Europa Ocidental viveu na convicção de que os conflitos armados entre Estados no continente eram coisa do passado. Os orçamentos de defesa caíram, os exércitos foram reduzidos e o serviço militar obrigatório foi abolido na maioria dos países, incluindo Portugal em 2004. A invasão da Ucrânia em 2022 encerrou essa era.

A Ucrânia como linha da frente

A guerra na Ucrânia é o maior conflito na Europa desde 1945. Para os países que apoiam Kiev, a questão central não é apenas o destino da Ucrânia, mas o princípio de que as fronteiras não podem ser alteradas pela força. Se a Rússia conseguir anexar território e impor a sua vontade a um Estado soberano, a lição para outros regimes revisionistas será clara.

O apoio ocidental foi decisivo para a sobrevivência ucraniana, mas também hesitante e por fases. Cada novo tipo de armamento — tanques, sistemas de mísseis de longo alcance, caças F-16 — foi precedido de meses de debate sobre o risco de escalada. Os críticos argumentam que esta hesitação prolongou a guerra; os defensores respondem que evitou um confronto direto entre potências nucleares.

Em 2025 e 2026, o regresso de Donald Trump à Casa Branca alterou a dinâmica. Washington passou a privilegiar uma negociação rápida, apresentando no final de 2025 um plano de paz

de 28 pontos que muitos europeus consideraram demasiado favorável a Moscovo. A Europa assumiu uma parte crescente do financiamento e do armamento da Ucrânia. Em novembro de 2026, as negociações continuavam, sem acordo sobre o ponto essencial: o futuro do Donbas e as garantias de segurança para a Ucrânia após um eventual cessar-fogo.

A ameaça ao flanco oriental da NATO

Os países bálticos, a Polónia e a Finlândia consideram que, se a Rússia vencer na Ucrânia, poderão ser os próximos alvos. Vários serviços de informações europeus, incluindo o alemão e o dinamarquês, alertaram que a Rússia poderá estar em condições de testar a NATO militarmente dentro de alguns anos, possivelmente através de uma ação limitada para pôr em causa a credibilidade do artigo 5.º.

A resposta foi um rearmamento sem precedentes desde a Guerra Fria. A Finlândia e a Suécia abandonaram décadas de neutralidade e aderiram à NATO em 2023 e 2024. Na cimeira de Haia, em junho de 2025, os aliados comprometeram-se a gastar 5% do PIB em segurança e defesa até 2035, dos quais 3,5% em defesa propriamente dita. A Polónia gasta já mais de 4% e constrói um dos maiores exércitos da Europa. A Alemanha alterou a sua regra constitucional de limite à dívida para financiar a defesa.

Para Portugal, que historicamente gastou menos de 1,5% do PIB em defesa, estes compromissos representam um esforço orçamental considerável e um debate político difícil sobre prioridades.

Taiwan: o ponto de rutura do século

Se a Ucrânia é a guerra presente, Taiwan é o maior risco futuro. Xi Jinping declarou que a «reunificação» é uma «inevitabilidade histórica», e os serviços de informações norte-americanos indicaram que Xi ordenou ao Exército Popular de Libertação que estivesse preparado para uma operação militar até 2027. Isto não significa que a decisão de atacar esteja tomada, mas que a capacidade estará disponível.

A pressão militar sobre Taiwan aumentou dramaticamente. Em 2016, Taiwan registou cerca de 30 incursões de aeronaves chinesas na sua zona de identificação de defesa aérea; nos anos recentes, os números anuais contam-se em milhares. Os grandes exercícios — incluindo os chamados «Justice Mission-2025» no final desse ano — simulam bloqueios e ataques. Em 2026, a guarda costeira chinesa passou a patrulhar águas a leste da ilha. Em agosto, o Japão descreveu no seu Livro Branco da Defesa a atividade militar chinesa como o maior desafio estratégico sem precedentes que o país enfrenta.

Os analistas consideram mais provável, no curto prazo, uma estratégia de estrangulamento gradual do que uma invasão anfíbia, que seria a operação militar mais complexa desde o desembarque da Normandia. Pequim pode desafiar o controlo de Taiwan sobre o espaço aéreo e marítimo em torno da ilha sem disparar um tiro, através da guarda costeira, de «inspeções» aduaneiras ou de uma «quarentena». Mesmo assim, uma crise grave teria consequências económicas devastadoras para todo o mundo, dada a concentração da produção de chips avançados na ilha.

O eixo autoritário

Um dos desenvolvimentos mais preocupantes dos últimos anos é a crescente cooperação militar entre a China, a Rússia, o Irão e a Coreia do Norte — o que alguns analistas chamam o «CRINK», pelas iniciais em inglês. Esta cooperação é pragmática e não constitui uma aliança formal comparável à NATO, mas tem efeitos concretos:

- **A China** fornece à Rússia, segundo os governos ocidentais, a maior parte dos componentes de dupla utilização — microeletrónica, máquinas-ferramentas, componentes de drones — de que a indústria de guerra russa precisa, e compra petróleo russo em grandes quantidades. Em fevereiro de 2022, poucas semanas antes da invasão, Xi e Putin proclamaram uma parceria «sem limites».

- **O Irão** forneceu à Rússia drones Shahed e a tecnologia para os produzir em território russo, em Alabuga.
- **A Coreia do Norte** forneceu milhões de munições de artilharia, mísseis balísticos e, desde 2024, milhares de soldados.
- **A Rússia** retribui com petróleo, divisas, proteção diplomática no Conselho de Segurança da ONU e, possivelmente, tecnologia militar e espacial.

Os limites desta cooperação também são visíveis. Nem a Rússia nem a China intervieram militarmente para defender o Irão em 2025 ou em 2026, nem para salvar Assad na Síria em 2024, nem Maduro na Venezuela. Pequim evita sanções secundárias que possam afetar os seus bancos e o acesso aos mercados ocidentais. O eixo é mais uma rede de conveniência do que um bloco disciplinado.

A sombra nuclear

Por fim, a ameaça nuclear voltou ao discurso político de uma forma que não se via desde a crise dos mísseis de Cuba. Putin e outros dirigentes russos ameaçaram repetidamente usar armas nucleares, e em 2024 a Rússia reviu a sua doutrina para baixar o limiar de utilização. A China está a expandir rapidamente o seu arsenal, que poderá ultrapassar mil ogivas até 2030, segundo o Pentágono. A Coreia do Norte declarou o seu estatuto nuclear «irreversível». E no Irão, após a guerra de 2026, há vozes dentro do próprio regime a pedir o abandono da proibição religiosa das armas atómicas.

A chantagem nuclear tem um efeito político nas democracias: alimenta o medo da escalada e reforça as vozes que defendem concessões. É precisamente esse o objetivo.

Capítulo 15

O inimigo interno: a erosão democrática no Ocidente

Seria confortável terminar a análise das ameaças com os mísseis russos e os hackers chineses. Mas um livro honesto sobre ditaduras no século XXI tem de olhar também para dentro. As ditaduras externas exploram fragilidades que as próprias democracias criaram, e os principais índices internacionais registam hoje uma erosão democrática no coração do Ocidente. Como escreveu o historiador Timothy Snyder, a história não se repete, mas ensina.

O que dizem os índices

O relatório de 2026 do V-Dem fez uma afirmação que teria sido impensável há dez anos: os Estados Unidos perderam a classificação de democracia liberal pela primeira vez em mais de 50 anos. Num só ano, a pontuação norte-americana no Índice de Democracia Liberal caiu 24%, e o país desceu do 20.º para o 51.º lugar em 179. O V-Dem apontou como razão principal a supressão e a intimidação dos media e das vozes dissidentes. A Freedom House, mais moderada, registou uma descida de 3 pontos, citando o impasse legislativo, a expansão do poder executivo unilateral, a pressão sobre a liberdade de expressão e o enfraquecimento das salvaguardas anticorrupção.

Na Europa, o V-Dem incluiu Itália e o Reino Unido entre os países em autocratização, e a Freedom House registou quedas na Bulgária e em Itália. A Europa de Leste tornou-se, segundo o V-Dem, uma zona crítica de retrocesso. A Hungria de Viktor Orbán

foi durante uma década o exemplo mais avançado de «democracia iliberal» — expressão do próprio Orbán — dentro da UE, com um sistema eleitoral redesenhado a favor do partido no poder, media concentrados em empresários próximos do governo e uma relação privilegiada com Moscovo.

As críticas a estas classificações

Estas conclusões não são consensuais e devem ser lidas com espírito crítico. Várias objeções são feitas com frequência:

- **Metodologia.** O V-Dem baseia-se em avaliações de milhares de peritos, maioritariamente académicos. Os críticos argumentam que este universo tem uma inclinação ideológica progressista, o que pode levar a avaliar com mais severidade governos conservadores ou populistas de direita.
- **Comparações desproporcionadas.** Colocar os Estados Unidos, onde há eleições livres, tribunais independentes que travam o executivo e uma imprensa que critica diariamente o presidente, numa trajetória comparável à de regimes autocráticos parece a muitos observadores um exagero que retira credibilidade aos índices.
- **A vontade popular.** Os defensores dos governos visados argumentam que estes foram eleitos com programas explícitos, que as reformas das instituições respondem a elites burocráticas e judiciais não eleitas que bloqueavam a vontade da maioria, e que chamar «autoritarismo» a políticas impopulares entre as elites é em si uma atitude pouco democrática.

Do outro lado, os autores dos relatórios respondem que os seus indicadores medem factos concretos — processos contra jornalistas, purgas na função pública, desrespeito por decisões judiciais, pressões sobre universidades — e que a história do século XX mostra que a erosão democrática começa precisamente por medidas que, isoladamente, parecem legítimas. O leitor deverá formar a sua própria opinião, consultando as fontes originais.

A lição húngara de 2026

O caso húngaro mostrou em 2026 que a autocratização não é irreversível. Nas eleições de 12 de abril, o partido Tisza, liderado por Péter Magyar — um antigo membro do Fidesz que rompeu com Orbán em 2024 —, venceu com mais de 53% dos votos, contra cerca de 37% do Fidesz, apesar de um sistema eleitoral desenhado para favorecer o partido no poder. A afluência às urnas foi a mais alta da história pós-comunista do país, perto de 80%. Orbán reconheceu a derrota após 16 anos no poder.

Na noite eleitoral, os apoiantes de Magyar gritaram «Russkik haza!» — «Russos para casa!» —, o lema da revolução anti-soviética de 1956. A vitória mostrou que, enquanto existirem eleições minimamente competitivas, uma sociedade mobilizada pode inverter o rumo. Mostrou também a diferença fundamental entre uma democracia deteriorada e uma ditadura: na Hungria, o líder perdeu e saiu; na Rússia ou na Bielorrússia, isso é impossível.

As fragilidades que as ditaduras exploram

Independentemente do debate sobre as classificações, há fragilidades internas das democracias ocidentais sobre as quais existe amplo acordo, e que os regimes autoritários exploram ativamente:

1. **A polarização.** Quando os cidadãos de um país deixam de ver os adversários políticos como concorrentes legítimos e passam a vê-los como inimigos, a democracia perde a sua base de confiança mútua. As campanhas de desinformação estrangeiras alimentam deliberadamente esta divisão.
2. **A desconfiança nas instituições.** A confiança nos parlamentos, nos partidos, na justiça e nos media caiu em quase todo o Ocidente ao longo das últimas décadas. Em Portugal, os inquéritos do Eurobarómetro mostram níveis de confiança na justiça e nos partidos relativamente baixos face à média europeia.
3. **A desigualdade e a estagnação.** A crise de 2008, a austeridade, a desindustrialização de regiões inteiras e a crise da habitação

criaram populações que sentem que o sistema não funciona para elas. A promessa autoritária de eficácia torna-se mais atraente.

4. **A crise dos media.** O colapso do modelo de negócio do jornalismo profissional e a fragmentação da informação nas redes sociais deixaram as sociedades mais vulneráveis à manipulação.

5. **A hipocrisia percebida.** O apoio a ditaduras amigas, a guerra do Iraque em 2003 baseada em armas de destruição maciça inexistentes, a tortura em Guantánamo, as intervenções militares sem mandato internacional e o acolhimento do dinheiro dos cleptocratas dão argumentos aos propagandistas autoritários, sobretudo no Sul Global.

A convergência entre ameaça externa e interna

O ponto mais delicado deste capítulo é a relação entre os regimes autoritários e certas forças políticas dentro das democracias. Existem ligações documentadas — financiamento, como no caso do empréstimo russo à Frente Nacional francesa, ou partilha de informações, como as revelações de 2026 de que um membro do governo de Orbán partilhava regularmente com Moscovo o conteúdo de discussões da UE. Existem também afinidades ideológicas: o discurso sobre os «valores tradicionais», a desconfiança das instituições supranacionais ou a crítica do «globalismo» aproximam alguns movimentos ocidentais da retórica do Kremlin.

É preciso, no entanto, evitar uma armadilha. Nem toda a crítica à política de apoio à Ucrânia, à imigração, à União Europeia ou à NATO é propaganda russa, e nem todo o partido populista é uma quinta coluna. Estas posições são defendidas por milhões de cidadãos por razões próprias, e o debate democrático sobre elas é legítimo e necessário. Acusar sistematicamente os adversários internos de serem agentes estrangeiros é, aliás, uma técnica típica dos regimes autoritários — é exatamente o que Moscovo faz com a sua lei dos «agentes estrangeiros».

A linha que importa não é ideológica, mas de método: o problema não é defender posições próximas das de Moscovo ou Pequim, mas receber financiamento encoberto, coordenar ações com serviços estrangeiros, ou pôr em causa as regras do jogo democrático — a aceitação dos resultados eleitorais, a independência dos tribunais, a liberdade de imprensa — seja qual for a orientação política de quem o faz.

Portugal

Portugal tem sido até agora uma das democracias mais estáveis da Europa segundo os índices internacionais, classificado como «Livre» pela Freedom House com pontuações acima dos 90 pontos. A memória da ditadura e do 25 de Abril, cujos 50 anos se celebraram em 2024, continua a ser um forte cimento democrático. Mas o país não está imune às tendências europeias: a fragmentação partidária, a instabilidade governativa, com sucessivas eleições antecipadas, a desconfiança na justiça, a crise da habitação e a fragilidade económica dos media são vulnerabilidades reais.

A defesa da democracia portuguesa, tal como a de qualquer outra, depende menos de grandes declarações do que de instituições que funcionem, de uma imprensa viável e de cidadãos que participem.

Capítulo 16

Como se defendem as democracias

As democracias têm uma vantagem que os ditadores subestimam com frequência: a capacidade de corrigir os seus erros. Um regime autoritário depende da sabedoria de um homem ou de um pequeno grupo; uma democracia pode mudar de rumo, substituir os seus dirigentes e aprender com o debate aberto. Esta vantagem só se concretiza, no entanto, se as democracias decidirem defender-se. Este capítulo apresenta as principais propostas em discussão, agrupadas em seis frentes.

1. Dissuasão militar credível

A lição mais antiga da história das ditaduras é que a fraqueza convida à agressão. A resposta europeia à invasão da Ucrânia — o compromisso de gastar 5% do PIB em segurança e defesa até 2035, o alargamento da NATO à Finlândia e à Suécia, o reforço das forças no flanco oriental — assenta nesta lógica.

Os desafios são muitos: a fragmentação da indústria de defesa europeia, a dependência de equipamento e de informações norte-americanas, a incerteza sobre o compromisso de Washington com a Europa e a dificuldade de convencer as opiniões públicas a aceitar sacrifícios orçamentais. O debate sobre a «autonomia estratégica» europeia, durante muito tempo teórico, tornou-se urgente.

Há também vozes críticas, à esquerda e entre alguns realistas, que alertam para o risco de uma nova corrida aos armamentos, para o custo social do rearmamento numa Europa endividada e para a necessidade de manter canais diplomáticos abertos, mesmo com adversários.

2. Resiliência contra a guerra híbrida

Contra a sabotagem, os ciberataques e a desinformação, a melhor defesa é a resiliência: sociedades e infraestruturas capazes de resistir aos ataques e recuperar rapidamente. Os países nórdicos e bálticos são pioneiros. A Finlândia mantém um modelo de «segurança abrangente» que envolve toda a sociedade, com abrigos para a maioria da população e reservas estratégicas. A Suécia distribuiu em 2024 a todos os lares o folheto «Em caso de crise ou guerra». A Estónia, alvo de um grande ciberataque russo em 2007, tornou-se uma referência em cibersegurança.

As medidas concretas incluem a proteção de cabos submarinos e infraestruturas energéticas, a defesa antidrone em aeroportos e instalações críticas, a partilha de informações entre países aliados, a responsabilização pública dos Estados autores dos ataques e a imposição de custos — sanções, expulsão de diplomatas, ação contra a «frota fantasma» de petroleiros russos.

3. Fechar as portas à cleptocracia

Como vimos no Capítulo 11, a cleptocracia transnacional depende de serviços ocidentais. As propostas mais citadas por especialistas e ONG como a Transparency International são:

- Registos públicos e acessíveis dos beneficiários efetivos de empresas, fundos e imóveis.
- Regulamentação e fiscalização dos facilitadores: advogados, contabilistas, agentes imobiliários e consultores.
- Fim dos programas de venda de cidadania e controlo rigoroso das autorizações de residência por investimento.
- Proibição efetiva do financiamento estrangeiro de partidos e campanhas, incluindo através de intermediários.
- Regras de «porta giratória» que impeçam antigos governantes de trabalhar para empresas estatais de regimes autoritários.

Estas medidas são baratas em comparação com a despesa militar e reduzem diretamente a capacidade de influência dos regimes. A

sua principal dificuldade é política: afetam interesses económicos poderosos dentro das próprias democracias.

4. Reduzir dependências críticas

A União Europeia adotou a doutrina do «de-risking» — reduzir riscos sem cortar relações — face à China. Na prática, isso significa diversificar os fornecedores de minerais críticos, apoiar a produção europeia de semicondutores e baterias, controlar o investimento estrangeiro em setores estratégicos e usar instrumentos como o Instrumento Anticoerção.

O debate é difícil. A China é um dos maiores parceiros comerciais da Europa, e uma rutura teria custos enormes para as empresas e os consumidores europeus. Os defensores de uma linha mais dura argumentam que a dependência do gás russo mostrou o preço da ingenuidade; os defensores de uma linha mais moderada lembram que a China é indispensável para a transição energética e para a resolução de problemas globais como as alterações climáticas.

5. Proteger os dissidentes e a diáspora

Contra a repressão transnacional, as democracias podem reforçar a proteção policial de dissidentes ameaçados, reformar o sistema de alertas da Interpol para impedir abusos, criminalizar explicitamente a atuação encoberta de agentes estrangeiros — como fez o Reino Unido com a Lei de Segurança Nacional de 2023 — e expulsar os diplomatas envolvidos. Podem também apoiar os meios de comunicação independentes no exílio, como a russa Meduza ou a iraniana Iran International, que são muitas vezes a única fonte de informação livre para as populações dos países autoritários.

6. Reparar a casa: a defesa começa dentro

Todas as medidas anteriores serão insuficientes se as democracias não resolverem as suas fragilidades internas. A melhor resposta à propaganda autoritária é uma democracia que funcione: que dê resposta à crise da habitação, que garanta uma justiça rápida, que combata a corrupção própria, que ofereça perspetivas aos jovens.

A Freedom House recomendou em 2026 três linhas de ação: maior coordenação entre democracias, reforma da assistência à democracia e um envolvimento mais estratégico com os jovens em todo o mundo. Outras propostas frequentemente citadas incluem:

- **Educação para os media e literacia digital**, como a Finlândia faz desde o ensino básico.
- **Apoio ao jornalismo independente e local**, com modelos de financiamento que não comprometam a independência.
- **Transparência das plataformas digitais** sobre a publicidade política e os algoritmos de recomendação.
- **Proteção das instituições de arbitragem** — tribunais, comissões eleitorais, reguladores — contra a captura partidária, seja qual for o partido no poder.
- **Memória histórica**: ensinar o que foram o Estado Novo, o fascismo e o estalinismo, para que as novas gerações reconheçam os sinais.

A lição dos que resistem

Por fim, as democracias ocidentais podem aprender com aqueles que enfrentam as ditaduras em condições infinitamente mais difíceis. Os ucranianos que defendem o seu país há quase cinco anos. As mulheres iranianas que tiraram o véu em 2022 e os jovens que saíram às ruas em janeiro de 2026, sabendo que podiam ser mortos. Os bielorrussos que desafiaram Lukashenko em 2020. Os venezuelanos que recolheram as atas eleitorais de 2024, mesa a mesa. Os eleitores húngaros que, em abril de 2026, derrotaram nas urnas um sistema desenhado para os derrotar a eles.

Todos eles mostram que a liberdade não é um dado adquirido, mas uma conquista que exige esforço permanente. Os portugueses sabem-no desde 1974.

Conclusão — A sombra longa

As ditaduras do século XXI não são uma relíquia do passado nem uma ameaça distante: são o regime político sob o qual vive a maioria da humanidade, e algumas delas trabalham ativamente para enfraquecer as democracias ocidentais. Este livro procurou mostrar como o fazem e porquê.

A história ensina que as técnicas autoritárias são antigas. Aristóteles já descrevia espiões e a destruição da confiança mútua; Augusto já sabia esvaziar instituições mantendo as suas formas; Napoleão já governava por plebiscito; Estaline já reescrevia a história; Salazar já usava o lápis azul da censura. O que mudou foi a tecnologia, a integração económica e a capacidade de projetar influência dentro das sociedades abertas.

A ameaça é real e multifacetada. A Rússia faz guerra na Ucrânia e conduz uma campanha de sabotagem crescente em solo europeu. A China combina o maior aparelho de vigilância da história com o controlo de cadeias de fornecimento críticas e a pressão militar sobre Taiwan. O Irão, ferido mas não derrubado, mostrou em 2026 que pode estrangular o abastecimento energético mundial. A Coreia do Norte enviou soldados para combater na Europa. E todos cooperam, de forma pragmática, para resistir à pressão ocidental.

Mas é importante não cair no fatalismo. O ano de 2026 trouxe também sinais de que o autoritarismo não é inevitável. Os eleitores húngaros afastaram Orbán nas urnas. O regime de Maduro caiu, ainda que de uma forma que levanta sérias questões legais e cujo desfecho democrático está longe de garantido. O regime cubano enfrenta a sua crise mais profunda. O regime iraniano perdeu o seu fundador de facto e enfrenta a contestação mais ampla da sua história. A ditadura de Assad, que parecia ter

vencido a guerra civil, desmoronou-se em poucos dias em 2024. As ditaduras parecem eternas até ao dia em que caem.

O maior risco para as democracias ocidentais talvez não seja a força das ditaduras, mas a tentação de as imitar: responder ao medo com a restrição das liberdades, à polarização com a demonização dos adversários, à ineficácia com a concentração do poder. A defesa da democracia exige firmeza perante os regimes autoritários e, ao mesmo tempo, fidelidade aos princípios que distinguem as sociedades abertas — eleições livres, tribunais independentes, imprensa livre, direitos iguais para todos.

Em 25 de abril de 1974, os portugueses descobriram que uma ditadura de 48 anos podia cair numa madrugada. Cinquenta e dois anos depois, essa lição continua válida em ambos os sentidos: nenhuma ditadura é eterna, e nenhuma democracia está garantida.

Cronologia essencial

Data	Acontecimento
Nov. 2026	Conversações Rússia-Ucrânia em Abu Dhabi, com mediação dos EUA, sem acordo
Ago. 2026	Drone com explosivos atinge avião de carga no aeroporto de Leipzig; Berlim atribui o plano à Rússia
Abr. 2026	Orbán perde as eleições na Hungria após 16 anos no poder
Mar. 2026	Colapso total da rede elétrica cubana
Fev. 2026	EUA e Israel atacam o Irão; morte de Ali Khamenei; sucessão de Mojtaba Khamenei
Jan. 2026	Captura de Nicolás Maduro pelos EUA; repressão sangrenta de protestos no Irão
Dez. 2024	Queda de Bashar al-Assad na Síria; anulação das presidenciais romenas
Fev. 2024	Morte de Alexei Navalny numa colónia penal ártica
2023	Golpe no Níger; dissolução da missão da ONU no Mali
Out. 2022	Xi Jinping inicia terceiro mandato inédito
Fev. 2022	Invasão russa da Ucrânia em grande escala; parceria «sem limites» China-Rússia
Ago. 2021	Talibãs reconquistam Cabul
Fev. 2021	Golpe militar em Myanmar
2020	Lei de Segurança Nacional em Hong Kong; protestos na Bielorrússia; envenenamento de Navalny
2017	Início dos campos de detenção em massa em Xinjiang

Data	Acontecimento
2016	Interferência russa nas presidenciais dos EUA
2014	Anexação russa da Crimeia; guerra no Donbas; abate do MH17
2012	Xi Jinping chega à liderança do Partido Comunista Chinês
2011	Primavera Árabe; início da guerra civil síria
2008	Guerra russo-georgiana
1999	Putin torna-se primeiro-ministro e presidente interino da Rússia
1991	Dissolução da União Soviética
1989	Massacre de Tiananmen; queda do Muro de Berlim
1974	Revolução dos Cravos em Portugal; início da «terceira vaga»
1973	Golpe de Pinochet no Chile
1949	Fundação da República Popular da China
1939-1945	Segunda Guerra Mundial e Holocausto
1933	Hitler chega ao poder; Constituição do Estado Novo em Portugal
1926	Golpe de 28 de Maio em Portugal
1922	Marcha sobre Roma: Mussolini no poder
1917	Revolução bolchevique na Rússia
1799	Golpe de Brumário: Napoleão no poder
44 a.C.	Júlio César, *dictator perpetuo*, é assassinado

Bibliografia recomendada

- Applebaum, Anne. *Autocracy, Inc.: The Dictators Who Want to Run the World*. Doubleday, 2024.
- Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. 1951.
- Bullough, Oliver. *Moneyland*. Profile Books, 2018.
- Diamond, Larry. *Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition, and American Complacency*. Penguin, 2019.
- Fukuyama, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. 1992.
- Guriev, Sergei, e Daniel Treisman. *Spin Dictators: The Changing Face of Tyranny in the 21st Century*. Princeton University Press, 2022.
- Huntington, Samuel. *A Terceira Vaga: A Democratização no Final do Século XX*. 1991.
- Levitsky, Steven, e Daniel Ziblatt. *Como Morrem as Democracias*. 2018.
- Levitsky, Steven, e Lucan Way. *Competitive Authoritarianism*. Cambridge University Press, 2010.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Tinta-da-China, 2012.
- Snyder, Timothy. *Sobre a Tirania: Vinte Lições do Século XX*. 2017.

Fontes consultadas para os dados de 2025-2026

- Freedom House — Freedom in the World 2026: The Growing Shadow of Autocracy
- V-Dem Institute — Democracy Report 2026: Unraveling the Democratic Era?
- Al Jazeera — Conversações de paz sobre a Ucrânia, novembro de 2026
- Atlantic Council — European infrastructure is vulnerable as Putin escalates Russia's hybrid war
- Recorded Future — Russia Escalating Hybrid Attacks across Europe
- Amnistia Internacional — What Happened at the Protests in Iran?
- Khaleej Times — Mojtaba Khamenei e a guerra de 2026
- Euronews — Captura de Maduro, janeiro de 2026
- MercoPress — Delcy Rodríguez e a transição venezuelana
- Journal of Democracy — With Maduro Gone, Is Cuba Ready to Fall?
- FDD — China's Coercion Campaign Against Taiwan
- Human Rights Watch — West Africa: Further Crackdowns by Military Juntas
- AllAfrica / Africa Center — Violência islâmica no Sahel
- CBS News — Orbán reconhece derrota nas eleições húngaras
- The Print / Reuters — Coreia do Norte confirma envio de tropas para a Rússia